

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXII • Nº 162

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 28 de setembro de 2005

Fiscalização mais rígida sobre imóveis cedidos pelo Estado

CCLJ aprova projeto que responsabiliza Alepe pela análise de relatórios dos municípios

Os municípios e entidades que utilizam imóveis cedidos pelo Governo do Estado poderão ter que enviar, anualmente, um relatório prestando contas do uso desses locais à Assembleia Legislativa. A ideia de apresentar uma proposta implementando essa questão surgiu durante a discussão do Projeto de Lei nº 1054/05, na Comissão de Justiça, em reunião realizada ontem.

"Elaboraremos um projeto de lei definindo a necessidade de que as entidades ou municípios que recebem cessão de terrenos ou edificações prestem contas anualmente à Assembleia. Uma das Comissões Permanentes deverá ficar responsável pela análise desses relatórios", informou o presidente do colegiado,

deputado Bruno Rodrigues (PSDB).

O Projeto nº 1054/05, que autoriza o Estado a conceder o direito de uso, gratuitamente, de um imóvel em Sirinhaém, no Litoral Sul, ao Cabanga Iate Clube, foi retirado da pauta de votação para que seja melhor esclarecido. A matéria recebeu críticas de diversos parlamentares. Para Pedro Eurico (PSDB), "o Governo está abrindo mão de uma área pública para uso privado". José Queiroz (PDT) considerou a proposta "como um equívoco" e Bruno Araújo (PSDB) sugeriu que o presidente do Cabanga preste esclarecimentos.

Os parlamentares ainda distribuíram 15 propostas e apreciaram outras sete, sendo cinco aprovadas e duas rejeitadas. Entre as acatadas, está



MOISÉS BARBOSA

SIRINHAÉM - Proposta do Executivo para repassar propriedade gera polêmica na reunião

a Emenda Modificativa nº 01, de autoria da Comissão de Finanças, ao Projeto nº 1048/05, que reajusta os subsídios dos membros do Ministério Público de Pernam-

buco (MPPE). A emenda diminui de 23% para 12,48% o reajuste dos procuradores e promotores de Justiça.

NORONHA - Os parlamentares ainda realizaram, em

conjunto com a Comissão de Saúde, uma discussão sobre as dificuldades por que vêm passando 22 moradores do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Eles integravam uma cooperativa, criada em 1997, em convênio com o Governo do Estado, para possibilitar a contratação de profissionais de saúde para prestar serviços no local. Ficou acertado que os conselheiros distritais da Ilha enviarão toda a documentação sobre o caso para que o líder do Governo, Bruno Araújo, busque uma solução junto ao Poder Executivo.

Os conselheiros Renê Jerônimo e Carlos Alberto Flor esclareceram a necessidade de uma intervenção da Assembleia para resolver essas pendências. De acordo com Jerônimo, "o Governo do Estado deixou de repassar os recursos necessários, a cooperativa faliu e os ilhéus tiveram que assumir os encargos que restaram".

Educação

Defesa da valorização profissional

Os avanços e limites do Plano Estadual de Educação foram avaliados, ontem, no segundo dia do 1º Seminário Estadual de Educação do Poder Legislativo, promovido pela Escola do Legislativo e pela Comissão de Educação e Cultura da Alepe. À tarde, foram abordados os temas *Valorização do Magistério e Sistema Estadual de Educação*, com os professores José Batista Neto e José Francisco dos Santos, respectivamente.

A vice-presidente do colegiado e idealizadora do evento, deputada Teresa Leitão (PT), destacou a necessidade de se criar uma

identidade profissional para os docentes e regras mais

rígidas para ingressar na profissão. O presidente da

MOISÉS BARBOSA



HOJE - Evento termina com análise do Plano Estadual

Comissão, Roberto Liberato (PFL), falou da preocupação com "a má aplicação dos recursos do Fundef."

A secretária-executiva de Desenvolvimento da Educação, Sara Lima, que representou o secretário Mozart Neves, disse que a avaliação do Plano pelo Executivo Estadual foi "antecipada devido a mudanças ocorridas no setor, como a estadualização da educação das comunidades indígenas". "O Estado apresenta bons resultados no esforço pela universalização do Ensino Fundamental", informou, acrescentando que a edu-

cação no campo também será incluída no Plano Estadual.

Sara reconheceu que a taxa de eficiência nos Ensinos Médio e Fundamental em Pernambuco é menor que a dos Estados das Regiões Sul e Sudeste do País. No entanto, segundo ela, em relação à formação superior de professores, apresenta os mesmos índices dessas localidades.

O presidente do Conselho Estadual de Educação, Antônio Inocêncio Lima, elogiou a preocupação da Assembleia em incluir a sociedade nas discussões sobre os rumos da educação

e o Plano Estadual. Ele ressaltou que Pernambuco "segue a tendência internacional, no sentido de elevar a escolaridade da população e promover a justiça social por meio da educação".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Educação em Pernambuco (Sintep), Fernando Melo, registrou a importância de colocar o Plano em funcionamento. "A proposta é avançada, mas o processo de democratização do Plano precisa ser corrigido", destacou. O deputado Roberto Leandro (PT) também esteve presente no debate.

Saúde avaliará consórcios municipais

Evento deve acontecer na Zona da Mata Norte do Estado

Os Consórcios Inter-municipais de Saúde serão tema de uma audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Alepe, no município de Nazaré da Mata, Zona da Mata Norte do Estado. Ontem, durante a reunião do colegiado, foi aprovado o requerimento que trata da questão. A iniciativa, prevista em lei federal, propõe descentralizar a prestação de serviços na rede pública de saúde, municipalizando o

atendimento.

Para o presidente da Comissão, deputado Mavriel Cavalcanti (PFL), essa é uma ação de fundamental importância para o Estado, pois evitaria a superlotação dos hospitais do Recife. "Os consórcios tornariam desnecessário o deslocamento de pacientes do Interior para a Capital, pois as unidades de saúde locais teriam melhores condições de atender a um percentual maior de pessoas", destacou o

parlamentar. A data do encontro, que foi solicitado pelo deputado Isaltino Nascimento (PT), ainda será agendada. Segundo o colegiado, somente o Estado de Minas Gerais adotou a medida.

A Comissão de Saúde aprovou, também, o requerimento de autoria do deputado Nelson Pereira (PCdoB), pedindo a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação e Cultura para

discutir o Protagonismo Juvenil e Monitoramento Jovem de Políticas Públicas. Essa é uma iniciativa nacional que prevê o acompanhamento dos jovens às ações governamentais. No Recife, segundo o parlamentar, já existe o Grupo Articulação Jovem Pela Vida, que desenvolve atividades, há mais de um ano, de monitoramento de políticas públicas de saúde.

Na reunião, foi aprovado o relatório da audiência pública



AGILIDADE - Objetivo é melhorar atendimento público

blica que abordou a regulamentação da Lei 12.259/02, que trata dos medicamentos fitoterápicos. O colegiado discutiu, ainda, a possibilidade de uma vi-

sita ao depósito da Admed, com a finalidade de verificar as condições de armazenamento de equipamentos. A data da vistoria ainda será agendada.

Oftalmologia

Deputados elogiam trabalho da Fundação Altino Ventura

A inauguração do Centro de Reabilitação Visual e Múltiplas Deficiências Menina dos Olhos da Fundação Altino Ventura (FAV), no último dia 19, voltou a ser destacada, ontem. Os deputados pefelistas Sebastião Rufino e Geraldo Coelho ressaltaram a importância da unidade, que prestará atendimento, a partir do dia 1º de outubro, às comunidades carentes. A FAV funciona na Rua da Soledade, no Recife.

Coelho apresentou Voto de Aplausos ao médico e diretor da instituição, Marcelo Carvalho Ventura, pelo



FERNANDO SILVA

SOCIAL- Geraldo e Rufino citaram benefício à população

empreendimento e elogiou o trabalho da equipe. "A nova unidade desenvolverá um trabalho em parceria



FERNANDO SILVA

com as famílias dos pacientes, por meio de orientações sistemáticas e visitas domiciliares", frisou Coe-

lho, que comparou a qualidade dos serviços aos que são prestados pelos países de primeiro mundo.

De acordo com Rufino, inicialmente, a unidade atenderá cerca de três mil pacientes por mês e, até setembro de 2006, chegará à capacidade máxima, com 10,6 mil atendimentos/mês. "O centro vai suprir uma carência de tratamento especializado para pessoas de baixa renda", afirmou, acrescentando que a FAV beneficia mais de 30 municípios no Estado, inclusive o Arquipélago Fernando de Noronha.

Homenagem

Dia do Representante Comercial

O Dia Pan Americano do Representante Comercial, que será comemorado em 1º de outubro, foi ressaltado ontem pelo deputado Manoel Ferreira (PFL). O parlamentar parabenizou a categoria e o presidente do Core/PE, Fernando José da Costa, além de reconhecer a importância da atividade na geração de empregos e renda. "A participação dos agentes comerciais no mercado de trabalho é antiga e teve início sob a deno-

minação de caixeiro viajante. Só a partir do século XX, o termo incorporou características dos antigos comerciantes e agregou novos conceitos que a tecnologia e a evolução industrial impuseram. No Brasil, existem cerca de 400 mil profissionais em atividade, atestando a importância nos contextos econômico e histórico, a exemplo dos antigos comerciantes que comercializavam de porta em porta", destacou Manoel Ferreira.



FERNANDO SILVA

MANOEL- Elogio à classe

Segundo o pefelista, a expressão representante comercial foi adotada no País, a partir do reconhecimento oficial da atividade, com a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, e complementada pela Lei nº 8.420, de 8 de maio de 1992. "A participação da classe nos diversos ciclos econômicos e políticos lembra períodos distantes da nossa história, como a Guerra dos Mascates em Pernambuco, no ano de 1710", observou o deputado.

Economia

Isaltino volta a criticar Super-Receita

O deputado Isaltino Nascimento (PT) voltou a criticar a criação da Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita. O órgão foi instituído pela Medida Provisória (MP) nº 258/05, em julho deste ano, e é uma fusão da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda com a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social.

O parlamentar registrou a insatisfação dos servidores do INSS com as alterações propostas pela MP. "Os trabalhadores estão de luto e a previdência social pública está ameaçada", disse. Isaltino ainda leu uma

carta aberta dirigida à população pernambucana em que a categoria afirma que "o Governo Federal agiu de forma autoritária, sem consultar os trabalhadores e os usuários".

A categoria fez um alerta para o fato de que a MP transfere a arrecadação dos contribuintes e das empresas para a Receita Federal do Brasil, ou seja, para os cofres do Ministério da Fazenda. "Assim, poderão acontecer a privatização dos postos do INSS, fraudes e o aumento do déficit da Previdência Social." O deputado Pedro Eurico (PSDB) elogiou o pronunciamento de Isaltino

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Vice-Presidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretária, Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral,** Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial,** Socorro Vilça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa,** Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditoria,** Severino Pedro de Albuquerque (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa,** Cláudia Lucena; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidézio Ramos; **Estagiários:** Bruna Serra, Eva Farias, Larissa Rodrigues e Léio Monteiro. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>



RINALDO MARQUES

SIMETRIA - Para elas, subsídio do TJPE deve ser o parâmetro para o salário dos integrantes do Ministério Público

Administração quer reajuste maior para MPPE

Emenda de Finanças reduzindo percentual foi rejeitada

A Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Finanças que reduz de 23% para 12,48% o reajuste dos subsídios dos membros do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) foi rejeitada, ontem, por unanimidade, pela Comissão de Administração Pública. Conforme a matéria, o salário dos procuradores deveria ser de R\$ 17,6 mil e não de R\$ 19,4 mil, como propõe o projeto original.

De acordo com o presidente do colegiado, José Queiroz (PDT), a emenda foi rejeitada porque "é necessário respeitar o projeto apresentado pelo MPPE". O parlamentar explicou ter ficado satisfeito com as explicações do procurador-geral do órgão, Francisco Sales, sobre "a importância de haver simetria entre os subsídios dos membros do Ministério Público e do Tribunal de Justiça". Além

de Queiroz, as deputadas Aurora Cristina (PMDB) e Teresa Leitão (PT) também votaram pela rejeição da emenda, que seguirá para votação em Plenário. Na última quinta-feira, a proposta do reajuste foi aprovada pelas Comissões de Finanças e Administração Pública da Casa.

Na reunião de ontem, a Comissão de Administração também distribuiu 12 projetos e aprovou dois, o de nº 927/05, de autoria do

deputado Isaltino Nascimento (PT), que visa considerar a Festa da Lavadeira patrimônio cultural do povo de Pernambuco. A outra matéria acatada foi a de nº 1062/05, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Estado a ceder um imóvel no município de Altinho para a implantação do Memorial Altinense de Resgate dos Valores Históricos e Culturais Locais.

Câmara Federal

Reforma Eleitoral deve ser votada amanhã

A proposta de Reforma Eleitoral pode ser votada pela Câmara dos Deputados amanhã. A notícia foi dada, ontem, pelo deputado Antônio Moraes (PSDB), que destacou ter sido informado por um "influente deputado federal". A decisão é resultado de um acordo de lideranças. "O fato é importante para que sejam evitados novos casos de corrupção na política nacional, a exemplo das recentes denúncias de caixa-dois. Com a mudança, certamente vamos dar um passo importante



FERNANDO SILVA

MORAES - Destacou importância da iniciativa para o País

para fazer uma campanha limpa, na qual todos poderão disputar com chances equilibradas", argumentou.

A proposição alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo normas para as eleições, passou pelo Senado e tramita na Câmara Federal. Para que as mudanças entrem em vigor em 2006, o projeto precisa ser aprovado até o próximo dia 30.

A Reforma propõe a redução de 90 para 60 dias no tempo de campanha, diminuição de 45 para 35 dias do período de exibição dos programas de rádio e televisão, entre outros pontos.

Transposição

Pernambuco pode pagar mais caro

FERNANDO SILVA

O preço do metro cúbico de água que poderá ser pago por Pernambuco devido ao rateio dos custos do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco foi questionado, ontem, pelo deputado Raimundo Pimentel (PSDB). O parlamentar acusou, mais uma vez, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de favorecer o Ceará e afirmou que o valor destinado a Pernambuco "é, no mínimo, um contracenso". "Apesar da proximidade do São Francisco, pagaremos R\$ 0,15 pelo metro cúbico de água bruta, enquanto o Ceará e o Rio Grande do Norte, mais distantes, pagarão R\$ 0,11", frisou, informando que a Paraíba pagará a maior tarifa, R\$ 0,16.

O tucano contestou as explicações do ministro de que Pernambuco seria beneficiado com o ICMS pago pela água transportada para outros Estados. "Os cerca de R\$ 5 milhões que serão arrecadados pelo Governo pernambucano é um direito e não deve ser levado em consideração", frisou. Ele também



PIMENTEL - Fez alerta

alertou os parlamentares para "as manobras que favorecem o Ceará". "Não quero estabelecer uma disputa entre os dois Estados, porém precisamos ficar atentos à proposta de transposição e à implantação da Transnordestina", avaliou.

De acordo com Pimentel, o custo de operação e manutenção do projeto foi avaliado em R\$ 64,9 milhões, que será dividido entre os quatro Estados. Pernambuco ficou com R\$ 20,4 milhões. O parlamentar informou, ainda, que a Agência Nacional de Água (ANA) autorizou o empreendimento.

Governo Federal

Eurico questiona contrato com IBM

FERNANDO SILVA

A dispensa de licitação no contrato de R\$ 918 milhões com a IBM, visando à prestação de serviços para o Banco do Brasil, foi censurada ontem pelo deputado Pedro Eurico (PSDB). "Esse fato mostra a arrogância e truculência daqueles que continuam dirigindo o destino do País. A argumentação para a dispensa foi de que a empresa tem notória especialização. Até parece que no Brasil não existe imprensa livre nem opinião pública. O contrato transformou o Banco do Brasil no maior cliente da multinacional", afirmou.

O parlamentar ainda lembrou que "não é somente no plano federal que o PT utiliza dessa prática", destacando que "a Prefeitura da Cidade do Recife, só este ano, promoveu 118 dispensas de licitação". Ele citou o



CUSTO - R\$ 918 milhões

contrato firmado para o acompanhamento das obras de mudança no sistema de iluminação pública da cidade, "no valor superior a R\$ 1 milhão".

Eurico também criticou a candidatura do ex-ministro Aldo Rebelo (PCdoB) para a Presidência da Câmara dos Deputados. "O Governo Lula promove mais um ato de absoluta insanidade."

Atuação de militante petista é lembrada

Apolônio de Carvalho ajudou a fundar legenda

A trajetória de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), que morreu no dia 23, no Rio de Janeiro, vítima de insuficiência respiratória, foi tema do pronunciamento do deputado petista Roberto Leandro. "Apolônio detinha a ficha de filiação número 1, que assinou convicto da necessidade de um partido de esquerda, democrático, comprometido com a liberdade, com os direitos e as conquistas sociais", destacou.

Nascido em 1912, em Corumbá, Mato Grosso, Apolônio iniciou a militância na esquerda, em 1930, quando concluiu a Escola Militar e foi expulso do Exército pela ditadura de Vargas. Após a expulsão, ficou preso durante um ano e meio, período em que manteve contato com líderes comunistas e ingressou no Partido Comunista Brasileiro, no qual militou por 30 anos até ser expulso, em



FERNANDO SILVA

LEANDRO - Vida dedicada à luta por um País mais justo

1967, por discordar da posição do partido, que era contrário à luta armada.

Foi integrante da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista. Após o golpe militar de 1964, participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PC-BR). Preso e torturado, partiu para o exílio na Argé-

lia. Ao retornar, beneficiado pela Anistia de 1979, decidiu ingressar no Partido dos Trabalhadores.

"O País perdeu um homem que se destacou por sua militância nas lutas de libertação e que deixa, sobretudo para as lideranças políticas e juventude, uma história de dignidade", ressaltou Leandro.

Política

Cristovam Buarque vai para o PDT

A filiação do senador Cristovam Buarque ao Partido Democrático Trabalhista, no dia 23, na sede nacional do PDT, foi comemorada ontem pelo deputado pedetista José Queiroz. O evento contou com a participação dos presidentes regionais, dirigentes nacionais, integrantes da legenda e dos deputados federais André Costa (RJ), Sérgio Miranda (MG) e Wagner Lago (MA), que também optaram pela legenda.

"Para solucionar a crise, há de se construir saídas e novos cenários. O presidente do PDT, Carlos Lupi, está de parabéns pelo ingresso de Cristovam Buarque e de outros filiados. O partido tem um projeto trabalhista para o nosso País e Cristovam encarna essa

proposta, que visa priorizar, assim como Darci Ribeiro e Leonel Brizola, um modelo econômico nacionalista e libertário", ressaltou.

Cristovam Buarque é engenheiro mecânico, formado pela Universidade Fe-

FERNANDO SILVA



QUEIROZ - Comemoração

deral de Pernambuco, em 1966, e doutor em Economia, pela Sorbonne, em 1973. Desde 1979, é professor da Universidade de Brasília, onde foi reitor de 1985 a 1989. Entre 1995 e 1998, governou o Distrito Federal e, em 2002, elegeu-se senador pelo Partido Trabalhista (PT). É também membro do Instituto de Educação da Unesco.

"Sua gestão no Ministério da Educação foi marcada pela obstinação de realizar no Brasil uma verdadeira evolução educacional. Nos 13 meses em que atuou como ministro, disseminou a noção de que a educação não é mero serviço ou direito assistencial e, sim, a única maneira de construir um País moderno, solidário e eficiente", destacou Queiroz.

Garanhuns

Izaías discorda de decisão da Justiça Eleitoral

A "falta de investigação" sobre denúncias de compra de votos, durante as últimas eleições municipais de Garanhuns, no Agreste, envolvendo o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), recebeu críticas na Alepe. Ontem, o deputado Izaías Régis (PTB) lamentou que a Justiça Eleitoral em Pernambuco tenha "desconsiderado" o fato.

De acordo com Régis, durante o pleito, um acordo foi firmado entre o ex-prefeito da cidade Silvino Duarte e o Partido Verde (PV) para apoiar o atual prefeito, Luiz Carlos Oliveira, candidato do PMDB e vencedor da disputa. "O presidente do PV na época, José Espinhara, denunciou que o PMDB fez um acordo para que a legenda Verde retirasse seu candidato e apoiasse o peemedebista. Em troca, o PV receberia R\$ 120 mil para financiar vereadores, mas apenas R\$ 12 mil foram pagos", informou. As provas, a informação de Espinhara e entrevistas nas rádios locais con-



FERNANDO SILVA

PETEBISTA - Eleições em 2002 devem ser "investigadas"

firmando a denúncia foram enviadas à Justiça Eleitoral.

Régis criticou o parecer dado pela Procuradoria Regional Eleitoral no Estado sobre o caso. Segundo o petebista, a procuradoria alegou que não é de competência do Judiciário intervir no descumprimento de acerto político, pois trata-se de um "acordo de cavalheiros". "Quanto à compra de votos, as provas foram consideradas vagas e o Ministério Público Eleitoral foi impossibilitado de investigar a denúncia", disse.

Por causa do ocorrido,

Régis criticou a existência de contradições na Justiça Eleitoral brasileira que, "por muito menos", cassou, no ano passado, o ex-senador João Alberto Capibaribe e a esposa dele, a ex-deputada federal Janete Cabibaribe, ambos do PSB do Amapá.

"Eles foram cassados a partir de depoimentos falsos de mulheres que os acusavam de compra de votos, em 2002. O advogado do casal gravou depoimentos de testemunhas afirmando que teriam sido pagas para depor contra os Capibaribe", concluiu.

Filiação

300 novos pefelistas no Estado

O evento de filiação promovido pelo PFL, na noite da última segunda-feira, na Assembleia Legislativa, levou o deputado Mavíael Cavalcanti (PFL) a elogiar os organizadores. "Mais que nunca, me senti honrado por integrar o Partido da Frente Liberal. Com a Casa cheia, assistimos à filiação de 300 pessoas, entre elas, o deputado federal Marcos de Jesus e a deputada estadual Dilma Lins, dois dos parlamentares mais votados em nosso Estado", afirmou.

O deputado salientou a trajetória da legenda, "que, apesar de ter ocupado o Governo várias vezes, não tem nenhum escândalo em sua história". A conduta do PFL na oposição ao Governo Lula também foi destacada. "Estamos fazendo uma oposição sensata e equilibrada. Nosso partido



FERNANDO SILVA

SOLEINIDADE - Mavíael Cavalcanti elogiou organização

sabe desempenhar sua função fazendo críticas construtivas", frisou, defendendo, ainda, a candidatura do deputado federal José Thomaz Nonô (PFL/AL) à Presidência da Câmara.

A maneira como o vice-governador, Medonça Fi-

lho; os senadores Marco Maciel e José Jorge; e o deputado federal Roberto Magalhães conduziram a filiação também foi ressaltada pelo parlamentar. "O evento nos deu novo ânimo e uma visão do futuro", ressaltou.

Ordem do Dia

Centésima Quarta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 28 de setembro de 2005, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5427/2005
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1006/2005, de autoria do Deputado Sebastião Rufino que denomina PE Prefeito José Carvalho Sobrinho, a Rodovia Estadual PE 430 - trecho da BR 232 no Distrito de Bom Nome, no município de São José do Belmonte até a BR 361, divisa dos estados de Pernambuco e Ceará.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/9/2005

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5428/2005
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1059/2005, de autoria do Poder Executivo que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, em favor dos Encargos Gerais do Estado, no valor de duzentos e quarenta e quatro milhões e setecentos mil reais, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/9/2005

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2005 ao Projeto de Lei Ordinária nº 583/2004
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Betinho Gomes

Disciplina a realização de Plebiscito e Referendo no âmbito do Estado de Pernambuco.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 10ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005.

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 926/2005
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Incorporar ao Calendário Turístico Cultural do Estado de Pernambuco a Festa da Lavadeira.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª, 5ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/5/2005.

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 966/2005
Autor: Dep. Betinho Gomes

Institui o Dia Estadual do Forró Pé de Serra, no Estado de Pernambuco.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/5/2005.

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2005
Autor: Poder Executivo

Cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI/Transporte, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 2/8/2005.

Discussão Única da Indicação nº 4611/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Apelo ao Secretário de Justiça e Direitos Humanos no sentido de providenciar melhorias na infra-estrutura da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, de Abreu e Lima, localizado neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única da Indicação nº 4612/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Apelo ao Secretário de Justiça e Direitos Humanos no sentido de encaminhar uma Unidade Móvel, do programa Mutirão da Cidadania, para expedição de documentos aos moradores da comunidade Estância, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única da Indicação nº 4613/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Apelo à Secretária de Desenvolvimento Urbano e ao Presidente da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB no sentido de unirem esforços com a finalidade de proceder à construção de casas populares na comunidade de Caetés II, precisamente no terreno localizado na Rua 7, ao lado do campo de futebol, em Abreu e Lima, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única da Indicação nº 4614/2005
Autor: Dep. Ricardo Teobaldo

Apelo ao gerente de Relações Institucionais da Telemar Nordeste no sentido de viabilizar a instalação de um telefone público na Comunidade dos Coqueiros, no município de Limoeiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única da Indicação nº 4615/2005
Autor: Dep. João Fernando Coutinho

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Diretor Presidente da EMLURB/Recife no sentido de proceder com as medidas necessárias para que seja feita a revitalização da praça Tejiú, situada na Rua Falcão Lacerda, próximo ao nº 511, na entrada do Pacheco, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única da Indicação nº 4616/2005
Autor: Dep. Guilherme Uchôa

Apelo ao Prefeito da Ilha de Itamaracá, Senhor Paulo Geraldo Xavier no sentido de fazer a retirada do lixo que polui a imagem daquela bela Ilha de Itamaracá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3277/2005
Autor: Dep. Raimundo Pimentel

Solicita que seja realizada no seio da Comissão de Desenvolvimento Econômico, uma Audiência Pública destinada ao debate sobre o projeto da Ferrovia Transnordestina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3278/2005
Autor: Dep. Raimundo Pimentel

Voto de Aplauso ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araripina, pelo transcurso do aniversário de quarenta anos de fundação daquela entidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única dos Requerimentos nºs 3279/2005 e nº3280/2005
Autor: Dep. Henrique Queiroz e Dep. Augusto Coutinho

Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Paes de Andrade, ocorrido em 21 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3281/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso à irmandade Alcoólicos Anônimos pelo importante trabalho que vem desenvolvendo no combate ao alcoolismo no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3282/2005
Autor: Dep. Raimundo Pimentel

Voto de Aplauso ao Professor Daniel Bezerra da Silva Filho, pela eleição como Diretor da Escola Dom Adelmo Cavalcanti Machado, no município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3283/2005
Autor: Dep. Guilherme Uchôa

Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Paulo dos Santos Viegas, ex-assessor jurídico da Secretaria de Justiça, e ex-Vereador da Câmara Municipal de Goiana, ex-assessor de gabinete da Prefeitura de Goiana e ex-membro da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Pernambuco, Sub-Seção de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3284/2005
Autor: Dep. Guilherme Uchôa

Voto de Congratulações com o prefeito de Itapissuma, Senhor Clóvis Cavalcanti do Rêgo Barros, pelos relevantes serviços que vem prestando ao município de Itapissuma.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3285/2005
Autor: Dep. Guilherme Uchôa

Voto de Congratulações com o Delegado de Polícia, Zanelli Alencar, pelos relevantes serviços que vem prestando à sociedade, na qualidade de titular da gerência de Polícia da Criança e do Adolescente. - GPACA.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/9/2005

Atas

ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2005.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados Ettore Labanca, Raimundo Pimentel, Adelmo Duarte, Romário Dias e João Negromonte.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2005 (dois mil e cinco), às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Ceça Ribeiro, Dilma Lins, Ettore Labanca, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Mavíael Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Rufino, Sérgio Leite e Sílvio Costa. Justificaram suas ausências os Deputados: Betinho Gomes, Carla Lapa, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Elias Lira, Fernando Lupa, Henrique Queiroz, Izaías Régis, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Nelson Pereira, Sebastião Oliveira Júnior e Soldado Moisés. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo Secretários os Deputados Guilherme Uchôa e Jacilda Urquisa. Lidas são aprovadas as atas das reuniões anteriores. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Primeiro Secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o Deputado Roberto Liberato para na qualidade de Presidente da Comissão de Educação convidar a todos para a primeira avaliação do setor educacional que ocorrerá na próxima semana na Casa Joaquim Nabuco. Finalizando, comenta audiência realizada em conjunto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PE RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: SET/2004 A AGO/2005	
LRF. Art.55, Inciso 1 - Alínea "a" - Anexo I	Valores Expressos em R\$
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	SET/04 A AGO/05
DESPESA COM PESSOAL (I)	74,455,413.45
Pessoal Ativo	58,241,449.82
Pessoal Inativo e Pensionistas	20,092,706.76
(-)Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(3,878,743.13)
Indenizações Trabalhistas	113,065.53
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
Decorrentes de Decisão Judicial	
Despesas de Exercícios Anteriores	
Inativos com Recursos Vinculados	3,313,240.10
Convocação Extraordinária (Inciso II § 6º, art. 57 da CF)	452,437.50
OUTRAS DESP. PESSOAL DECORRENTES CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO(art.18, § 1º LRF) (II)	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I +II)	74,455,413.45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	5,914,377,582.16
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV)=(I+II)/(III)	1.26%
LIMITE LEGAL (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 1,44%	85,167,037.18
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,37%	81,026,972.88
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA	
E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF % (IV) - (V)	
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 1,44%	85,167,037.18
Recife, 26 de setembro de 2005.	
ROMÁRIO DIAS Presidente	JOÃO NEGROMONTE Primeiro Secretário
	ELZA FARIAS Contadora-CRC Nº11482

pelas Comissões de Educação, Cidadania e Direitos Humanos

sobre a história da cultura afro-brasileira. Com a palavra o Deputado Mavíael Cavalcanti que em sua oratória vem destacar a duplicação da BR 232, construção de diversas barragens e adutoras, reforma dos aeroportos de Recife e Petrolina como forma de desenvolver o Estado de Pernambuco. (Assume a Presidência o Deputado Raimundo Pimentel). Segue-se na tribuna o Deputado José Queiroz para mais uma vez afirmar que o Estado de Pernambuco só desenvolverá plenamente com a interiorização, alavancando com certeza riquezas e divisas que somarão para o progresso da nação. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente informa ao Plenário que entrou com requerimento juntamente com o Deputado Alf e outros parlamentares para convocar as autoridades responsáveis pela implantação da ferrovia transnordestina. Logo após, usa da palavra o Deputado Sebastião Rufino que em breves palavras vem parabenizar os alunos Juliana Melcop de Castro Schor e Rhemo Antônio Guedes da Silva do Colégio de Aplicação, vencedores do concurso Histórico-Literário Caminhos do Mercosul dois mil e cinco. Em seguida, ocupa a tribuna o Deputado Roberto Leandro para convocar a população para ato público contra o aumento da Celpe que ocorrerá nesta próxima sexta-feira em frente à sede da citada companhia, localizada na Avenida João de Barros. Prosseguindo, com a palavra o Deputado Isaltino Nascimento que em sua fala vem comentar o processo eleitoral que se realizou em todo país para escolha dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Finalmente usa da tribuna o Deputado Alf, último orador inscrito, para inicialmente ressaltar o prestígio da bancada de oposição com o Senhor Governador, pois pedido de sua autoria foi atendido como a liberação de verba para pavimentação da Estrada de Chã da Mangabeira, localizada no município de Olinda. Encerrado o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente passa à Ordem do Dia. Em votação, é aprovado em única discussão o Parecer nº 5414/2005, da Décima Quinta Comissão, que oferece redação final ao Projeto de Lei Ordinária nº 873/2005. Submetidos ao Plenário são aprovados em primeira discussão os Projetos de Lei Ordinária nºs 1059/2005, 1040/2005 e 1049/2005. Em votação são aprovadas em única discussão as Indicações nºs 4594/2005 a 4600/2005, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos nºs 3266/2005 a 3270/2005. Anunciado o Grande Expediente, com a palavra a Deputada Ana Cavalcanti, única oradora inscrita, para em longo pronunciamento fazer com veemência a defesa do Senhor Severino Cavalcanti, afirmando que lhe arrancaram o mandato de deputado federal e presidente da Câmara pelo fato do mesmo ser nordestino e defensor de seu povo discriminado há séculos. A oradora foi apartada favoravelmente pelos Deputados: Guilherme Uchôa, (assume a Presidência o Deputado Adelmo Duarte), (assume a Presidência o Deputado Romário Dias), (reassume a Presidência o Deputado Raimundo Pimentel), João Negromonte, Jacilda Urquisa, (assume a Presidência o Deputado João Negromonte), Roberto Liberato, Romário Dias, Ricardo Teobaldo, (reassume a Presidência o Deputado Romário Dias), Mavíael Cavalcanti, Adelmo Duarte, Sílvio Costa, Aurora Cristina, (reassume a Presidência o Deputado Adelmo Duarte), Ceça Ribeiro, Isaltino Nascimento, Alf e Augusto César. (Reassume a Presidência o Deputado Romário Dias). Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações nºs 4611/2005 a 4616/2005 de autoria dos Deputados: Augusto Coutinho, Ricardo Teobaldo, João Fernando Coutinho e Guilherme Uchôa e, os Requerimentos nºs 3277/2005 a 3285/2005 da lavra dos Deputados: Raimundo Pimentel, Henrique Queiroz, Augusto Coutinho e Guilherme Uchôa, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo Deputado Raimundo Pimentel, três requerimentos: o primeiro e segundo, votos de aplausos: ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araripina pelo transcurso do aniversário de quarenta anos de fundação da referida entidade; e ao professor Daniel Bezerra da Silva pela sua eleição como Diretor da Escola Dom Adelmo Cavalcanti Machado, no município de Pesqueira; e o terceiro, solicitando que seja realizada uma audiência pública no seio da Comissão de Desenvolvimento Econômico para um debate sobre o projeto da Ferrovia Transnordestina. Pelo Deputado Henrique Queiroz, voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Paes de Andrade, ocorrido no dia vinte e um de setembro do ano em curso. Pelo Deputado Augusto Coutinho, cinco proposições: a primeira e segunda, apelos ao Senhor Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos no sentido de providenciar: uma unidade móvel do Programa Mutirão da Cidadania para a comunidade da Estância, nesta capital; e melhorias de infra-estrutura da Fundação da Criança e do Adolescente de Abreu e Lima; a terceira, apelo à Senhora Secretária Estadual de Desenvolvimento Urbano e ao Senhor Presidente da

Companhia Estadual de Habitação e Obras no sentido de viabilizarem a construção de casas populares na comunidade de Caetés II, precisamente no terreno localizado na Rua Sete, em Abreu e Lima; a quarta, voto de aplauso à irmandade Alcoólicos Anônimos pelo importante trabalho que vem desenvolvendo no combate ao alcoolismo no Estado; e a quinta, voto de pesar pelo falecimento do advogado José Paes de Andrade, ocorrido no dia vinte e um de setembro do ano em curso. Pelo Deputado João Fernando Coutinho, apelo aos Senhores: Prefeito da cidade do Recife e ao Diretor-Presidente da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana no sentido de providenciarem a revitalização da praça situada na Rua Falcão Lacerda, na entrada do Pacheco, em Tejiú. Pelo Deputado Ricardo Teobaldo, apelo ao Senhor Gerente de Relações Institucionais da Telemar no sentido de viabilizar a instalação de um telefone público na comunidade dos Coqueiros, no município de Limoeiro; e pelo Deputado Guilherme Uchôa, quatro proposições: a primeira, apelo ao Senhor Prefeito da Ilha de Itamaracá no sentido de que seja feita à retirada do lixo que polui a imagem da referida ilha; a segunda, voto de pesar pelo falecimento do advogado Paulo dos Santos Viegas; a terceira e a quarta, votos de congratulações: com o Prefeito de Itapissuma pelos relevantes serviços que vem prestando ao referido município; e com o Delegado de Polícia Zanelli Alencar pelos relevantes serviços que vem prestando à sociedade na qualidade de titular da gerência de Polícia da Criança e do Adolescente. Em seguida, o Senhor Presidente encaminha a Primeira, Segunda, Terceira, Quinta, Décima e Décima Primeira Comissões as seguintes proposições: Projetos de Lei Ordinária e de Resolução, respectivamente, 1067/2005 e 1068/2005 de autoria do Deputado Isaltino Nascimento; 1069/2005 e 1071/2005 de iniciativa do Deputado Guilherme Uchôa; 1070/2005 do Deputado Antônio Figueirôa; 1072/2005 da lavra do Deputado Bruno Rodrigues; 1073/2005 e 1076/2005 da Deputada Malba Lucena; 1074/2005 de autoria do Deputado Izaías Régis; e 1075/2005 do Deputado Adelmo Duarte. (Os Projetos de Lei nºs 1065/2005 e 1066/2005 oriundos do Poder Executivo foram despachados no Expediente da presente reunião, onde constam os respectivos resumos e os encaminhamentos). (Reassume a Presidência o Deputado Adelmo Duarte). Faltaram à presente reunião os Deputados: Augusto Coutinho, Geraldo Coelho, Pedro Eurico e Teresa Leitão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra em caráter solene, para logo mais, às dezoito horas e quarenta minutos.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO SOLENE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2005.

Presidência da Excelentíssima Senhora Deputada Jacilda Urquisa.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2005 (dois mil e cinco), às 18 (dezoito) horas e 40 (quarenta) minutos, com a presença inicial dos Deputados: Adelmo Duarte, Augusto César, Aurora Cristina, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Malba Lucena, Mavíael Cavalcanti, Roberto Liberato e Sebastião Rufino. Às dezoito horas e quarenta minutos o mestre-de-cerimônias, Senhor Hildebrando Marques, dá início à solenidade de entrega do Título de Cidadã de Pernambuco à artista plástica Luiza Gouveia Lima Gomes dos Passos, de acordo com a Resolução nº 711/2005, de autoria da Deputada Malba Lucena. Em seguida, o mestre-de-cerimônias convida os Senhores: Presidente em exercício Deputada Jacilda Urquisa; Josete Alves do Amaral – Prefeito da cidade de Tabira; Anastácia de Alcântara Brito – neste ato representando a Ordem de Advogados do Brasil – Seção Pernambuco; José de Calanzans Neto – Presidente da Associação da Imprensa de Pernambuco – AIP; Sebastião Dias – Poeta, repentinista e vereador; e a ilustre homenagem Luiza Gouveia, para compor a Mesa dos trabalhos. Logo após, o mestre-de-cerimônias convida a todos para de pé ouvir em Hino Nacional executado pela Banda da Polícia Militar de Pernambuco. Dando continuidade aos trabalhos, o mestre-de-cerimônias passa a palavra à Presidente em exercício, Deputada Jacilda Urquisa, a qual declara aberta a reunião solene que tem como finalidade fazer a entrega do Título de Cidadã de Pernambuco à artista plástica Luiza Gouveia Lima Gomes dos Passos, de acordo com a Resolução nº 711/2005, de autoria da Deputada Malba Lucena. Prosseguindo, a Presidente em exercício profere discurso nos seguintes termos: “O talento para as artes plásticas e a

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco nos termos do artigo 105, II c/c o art. 113, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados titulares **AURORA CRISTINA (PMDB)**, **BETINHO GOMES (PPS)**, **MAVIAEL CAVALCANTI (PFL)**, **TERESA LEITÃO (PT)**, e os suplentes **BRUNO ARAÚJO (PSDB)**, **BRUNO RODRIGUES (PSDB)**, **NÉLSON PEREIRA (Pc do B)**, **SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR (PFL)** e **SÍLVIO COSTA (PMN)**, para se fazerem presentes à **Audiência Pública** a ser realizada às 10h(dez horas), do dia 03 de outubro de 2005, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I, desta Casa Legislativa - Edifício Senador Nilo Coelho, para discutir assuntos relacionados ao Sistema de Assistência à Saúde de Pernambuco – **SASSEPE**.

Recife, 27 de setembro de 2005

Sala da Comissão de Administração Pública

DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ
Presidente da Comissão de Administração Pública

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 105 c/c o art. 113, § 3º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados: **AUGUSTO CÉSAR (PTB)**, **AURORA CRISTINA (PMDB)**, **HENRIQUE QUEIROZ (PP)**, **IZAÍAS RÉGIS (PTB)**, membros titulares e os suplentes Deputados: **CLAUDIANO MARTINS (PMDB)**, **JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB)**, **MAVIAEL CAVALCANTI (PFL)**, **NELSON PEREIRA (PCdoB)**, para se fazerem presentes à reunião deste Colegiado Técnico, a ser realizada às **9 h (nove horas)**, do dia **28 de setembro de 2005**, no Plenarinho III, localizado no 2º andar, do Anexo I, ao Palácio Joaquim Nabuco, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

EM DISCUSSÃO

01- Substitutivo Nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, (EMENTA: Acrescenta os artigos 4º-A e 4º-B à Lei nº 12.319, de 30 de dezembro de 2002 e dá outras providências), ao **Projeto de Lei Ordinária Nº 1.050/2005**, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Modifica a Lei nº 12.319, de 30 de dezembro de 2002, e dá outras providências);
RELATOR: DEPUTADO FERNANDO LUPA

DEPUTADO FERNANDO LUPA
Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA 29/09/2005

Convoco, de acordo com o Art. 103, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os membros titulares: Deputados **BETINHO GOMES (PPS)**, **ANTÔNIO MORAES (PSDB)**, **CEÇA RIBEIRO (PSB)**, **PEDRO EURICO (PSDB)**, membros suplentes: Deputados **AUGUSTO COUTINHO (PFL)**, **ISALTINO NASCIMENTO (PT)**, **JACILDA URQUIISA (PMDB)**, **JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB)** e **PASTOR CLEITON COLLINS (PSC)**, para participarem da Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 29 de Setembro de 2005, às 10:30 horas, no Plenarinho II, desta Casa.

PAUTA

DISTRIBUIÇÃO:

PROJETOS DE LEI
Projeto de Lei nº 1067/2005 de autoria do Deputado Isaltino Nascimento; **Regime de Tramitação: Ordinária**. Ementa: Dispõe sobre a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária no Estado de Pernambuco.
Projeto de Lei nº 1068/2005 de autoria do Deputado Isaltino Nascimento; **Regime de Tramitação: Ordinária**. Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização tátil, sonora visual, nas dependências dos prédios de funcionamento de órgãos estaduais, a fim de possibilitar acessibilidade aos deficientes visuais e auditivos.

DISCUSSÃO:
Projeto de Lei nº 1068/2005 de autoria da Deputada Teresa Leitão; **Regime de Tramitação: Ordinária**. Ementa: Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade sexual e dá outras providências, Relator: Deputado Betinho Gomes

Recife, 27 de Setembro de 2005.

Deputado Roberto Leandro
Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania

sendo desnecessária a anual remessa de projeto de lei para tal fim. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição da Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1003/2005, de autoria do Governador do Estado.

Augusto Coutinho
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição da Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1003/2005, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.
Relator : Augusto Coutinho.
Favoráveis os (6) deputados: Adelfo Duarte, Alf, Aurora Cristina, Bruno Araújo, José Queiroz, Pedro Eurico.

Parecer Nº 5418/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 1020/2005
Autor: Deputado Adelfo Duarte

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DISCIPLINAR A CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E PEQUENAS BARRAGENS E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE “DIREITO URBANÍSTICO”** (ART. 24, I, DA CF/88) E “**FLORESTAS, CAÇA, PESCA, FAUNA, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, DEFESA DO SOLO E DOS RECURSOS NATURAIS, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO**” (ART. 24, VI, DA CF/88). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 1020/2005, de autoria doDeputado Adelfo Duarte, que visa disciplinar a construção de açudes e pequenas barragens e dar outras providências.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

A matéria versada na Proposição Legislativa ora em análise enquadra-se na **competência concorrente** da União, Estados e

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco nos termos do artigo 105, I – c artigo 113, caput, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os Deputados André Luis Farias – ALF, Augusto Coutinho, Ciro Coelho, Fernando Lupa e Nelson Pereira Membros Efetivos e os Suplentes Deputados Antônio Figuerôa, Geraldo Coelho, Sílvio Costa e as Suplentes Deputadas Ana Cavalcanti e Tereza Leitão, para se fazerem presentes à Audiência Pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico que será realizada próximo dia 29 de Setembro de 2005 (quinta-feira), às 09:00 h (nove horas) no Plenarinho II , 5º andar anexo I desta Casa Legislativa. Com a finalidade de discutir a propriedade e a destinação da área do Quartel da Polícia do Exército, em Bairro Novo - Cidade de Olinda. E distribuir e discutir os seguintes projetos:

DISTRIBUIÇÃO

1) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:
a) Projeto de Lei Ordinária nº **927/2005** de autoria do Deputado Isaltino Nascimento. **Ementa:** considera a festa da Lavadeira Patrimônio Cultural do Povo de Pernambuco.
b) Projeto de Lei Ordinária nº **1067/2005** de autoria do Deputado Isaltino Nascimento. **Ementa:** dispõe sobre a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária no Estado de Pernambuco.

DISCUSSÃO

a) Projeto de Lei Ordinária nº **925/2005** de autoria do Deputado Izaias Regis
Ementa: dispõe sobre a Contratação de Serviço de Detecção de Velocidade em Rodovias e dá outras Providências.
b) Projeto de Lei Ordinária nº **1050/2005** de autoria do Poder Executivo
Ementa: Modifica a Lei nº **12.319 de 30 de dezembro de 2002**, e dá outras providências.

Recife , 27 de Setembro de 2005

Deputado ALF
Presidente

COMISSÃO ESPECIAL PARA VERIFICAR A

IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E

ADOLESCENTE EM PERNAMBUCO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 105, I c/c art. 113, § 3º, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os Deputados **BETINHO GOMES (PPS)**, **JACILDA URQUIZA (PMDB)**, **ANA CAVALCANTI (PP)**, **TEREZA LEITÃO (PT)**, e **CARLA LAPA (PSB)** membros titulares, e, na ausência destes, os membros suplentes Deputados **LOURIVAL SIMÕES (PV)**, **PASTOR CLEITON COLINS (PSC)**, **RAIMUNDO PIMENTEL (PSDB)**, **SOLDADO MOISÉS (PRP)**, e **ISALTINO NASCIMENTO (PT)**, para se fazerem presentes à reunião a ser realizada às 15:30 horas, do dia 04 de outubro de 2005, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, onde se realizará Audiência Pública para tratar das condições de funcionamento da Vara Privativa dos crimes contra criança e Adolescentes e possibilidades para implantação de uma segunda Vara.

Recife, 26 de setembro de 2005.

DEPUTADO BETINHO GOMES
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL

Distrito Federal para legislar sobre **direito urbanístico**, conforme estabelece o art. 24, I, da CF/88, *in verbis*: Eis a redação dos dispositivos acima citados: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
XII – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e **urbanístico**.”

Por sua vez, o art. 182 da Carta Magna prevê que “a *política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*”.

Conforme se pode observar do dispositivo constitucional acima mencionado, aos Municípios compete executar a política de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes fixadas em lei pela União (normas gerais – art. 24, § 1º, da CF/88) e pelos Estados-Membros (competência suplementar – art. 24, § 2º, da CF/88).

A Proposição Legislativa ora em análise, cuja matéria, como visto acima, insere-se na esfera de **competência legislativa concorrente** – art. 24, I, da Lei Maior - encontra fundamento na **competência legislativa suplementar** dos Estados-Membros – art. 24, § 2º, da CF/88.

Hely Lopes Meirelles, ao lecionar sobre a **competência estatal em assuntos urbanísticos**, assim expõe a questão:

“Os *assuntos urbanísticos* são da *competência simultânea de todas as entidades estatais* (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios), porque a todas elas interessa a ordenação físico-social do território nacional. Compete à União instituir as *diretrizes para o desenvolvimento urbano* e editar as *normas gerais sobre Urbanismo* (CF, arts. 21, XX, e 24, I, e § 1º); cabe aos Estados-membros organizar o *plano estadual de Urbanismo* e estabelecer as *normas urbanísticas regionais, supletivas e complementares das federais* (CF, art. 24, I, e § 2º); e, finalmente, compete aos Municípios elaborar e executar o *Plano Diretor do Município* e promover o *ordenamento urbano*.” (Direito Municipal Brasileiro, 6º ed., Malheiros Editores, 1993, pp. 385/386)

Em outra passagem da mesma obra, versando desta feita especificamente sobre a competência dos Estados-Membros para editar normas regionais sobre urbanismo, esclarece o citado autor:

“A *competência dos Estados-membros e do Distrito Federal* em matéria de Urbanismo deflui do art. 24, I, da CF, concorrentemente com a União, permanecendo com esta a edição de *normas gerais* e com aqueles a de *normas suplementares*” (art. 24, § 2º). Daí caber aos Estados-membros organizar o *plano estadual de Urbanismo* e editar as *normas urbanísticas regionais*, adequadas ao seu território, observados os princípios federativos de repartição e limites de atribuições das quatro esferas estatais.” (Direito Municipal Brasileiro, 6º ed.,Malheiros Editores, 1993, pp. 391)

Os *assuntos urbanísticos*, até a edição da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, eram questões esquecidas pela União e Estados-Membros, quase sempre tratadas exclusivamente pelas legislações municipais. Esta situação de inércia mereceu o seguinte comentário do saudoso Hely Lopes Meirelles:

“Incidindo na mesma falha das Constituições Federais anteriores, as Cartas estaduais também omitiam, em sua maioria, referência expressa a Urbanismo, limitando-se algumas delas a repetir os preceitos federais sobre proteção paisagística, histórica ou monumental. Por igual, a legislação ordinária estadual é parca a

respeito de Urbanismo. Ao que sabemos, nenhum Estado brasileiro organizou até hoje o seu plano e a sua lei urbanística, orgânica ou sistemática, de modo a dar diretrizes e a permitir aos seus Municípios a conjugação de seus planos diretores locais ao sistema estadual. Resulta daí a ausência total de integração dos planos diretores municipais, que vão surgindo isolada e esparsamente, quando é hoje pacífico que a planificação urbanística deve ser feita a *vasto raggio*, interligando-se os planos menores aos maiores, até obter-se a funcionalidade orgânica prevista na planificação nacional. (...)

Descuram, assim a União e os Estados-membros das imposições urbanísticas, deixando esse encargo às Municipalidades, esquecidos de que o assunto é da competência concorrente das duas esferas governamentais superiores e que jamais poderá ser eficientemente provido pela ação restrita e isolada das entidades locais.” (Direito Municipal Brasileiro, 6º ed., Malheiros Editores, 1993, pp. 391)

Entretanto, tal situação não mais se justifica, devendo a legislação estadual, em caráter suplementar às normas gerais editadas pela União (Lei Federal nº 10.257/2001), estabelecer as normas urbanísticas de interesse regional.

Ressalte-se, ainda, que as disposições do Projeto de Lei ora em análise não conflitam com as normas gerais editadas pela União sobre **direito urbanístico** - Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Por outro lado, deve-se ter em vista que os objetivos visados pela Proposição Legislativa em questão enquadram-se perfeitamente no conceito de **assunto urbanístico**.

De fato, conforme afirma Hely Lopes Meirelles, “o conceito de Urbanismo *evoluiu do estético para o social*. Nos seus primórdios *fora considerado unicamente arte de embelezar a cidade* – embelir la ville – *segundo a expressão dos precursores da escola francesa*. Posteriormente, o conceito francês foi superado pela concepção inglesa do desenvolvimento integral dos recursos da área planificada, visando à unidade fundamental entre a Natureza e o Homem – unity of Nature and Mankind – *aproximando e relacionando a cidade e o campo para obtenção do bem-estar da coletividade em todos os espaços habitáveis*” (Direito Municipal Brasileiro, 6º ed., Malheiros Editores, 1993, pp. 376/377).

Atualmente, em vez de se limitar aos aspectos estéticos do ambiente urbano, o **urbanismo** tem a acepção de “conjunto de medidas estatais destinadas a organizar os espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida ao homem na comunidade”.

E é exatamente nessa moderna visão do urbanismo que se enquadram as disposições do Projeto de Lei ora em análise, na medida em que estabelecem normas a serem observadas na construção ou ampliação de açudes e pequenas barragens, com o objetivo de contribuir, em benefício da coletividade, para a redução dos riscosdecorrentes da possibilidade de arrombamento de mananciais de superfície construídos sem critérios técnicos.

Por outro lado, a questão em tela – disciplina da construção e ampliação de açudes e pequenas barragens – também se insere na **competência legislativa concorrente** da União, Estados e Distrito Federal para dispor sobre “*florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição*”, conforme prescreve o art. 24, VI, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição."

Por fim, deve-se ressaltar que inexistem vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade nas disposições do Projeto de Lei ora em análise.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1020/2005, de autoria do Deputado Adelmo Duarte.

Aurora Cristina
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1020/2005, de autoria do Deputado Adelmo Duarte.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.
Relator : Aurora Cristina.
Favoráveis os (6) deputados: Augusto Coutinho, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Pedro Eurico.

Parecer Nº 5419/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 1044/2005
Autor: Deputado Ettore Labanca

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR O §1º DO ART. 1º DA LEI N.º 11.773, DE 23 DE MAIO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE INDENIZAÇÕES A PESSOAS DETIDAS POR MOTIVOS POLÍTICOS, NO PERÍODO DE 31 DE MARÇO DE 1964 A 15 DE AGOSTO DE 1979. DETERMINAÇÃO QUE ACARRETA AUMENTO DE DESPESA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, CONFORME ESTABELECE O ART. 19, § 1º, II, DA CE/89. PARECER PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 1044/2005, de autoria do Deputado Ettore Labanca, que visa alterar o §1º do art. 1º da Lei n.º 11.773, de 23 de maio de 2000, que dispõe sobre indenizações a pessoas detidas por motivos políticos, no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979.

A modificação ora proposta visa ampliar o rol de beneficiários da indenização de que trata a mencionada Lei n.º 11.773/2000, ao estabelecer que *“terão igualmente direito à indenização, através dos seus familiares, aqueles que foram mortos por participação em atividades políticas.”*

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Apesar do seu relevante cunho social, a determinação contida na presente Proposição Legislativa acarreta **aumento da despesa pública** no âmbito do Poder Executivo.

Por essa razão, a presente Proposição é de **iniciativa legislativa privativa** do Governador do Estado, segundo estabelece o art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis*:

"Art. 19.

§1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que dispõem sobre:

.....

II - criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou **aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo;**"

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 1044/2005, de autoria do Deputado Ettore Labanca.

Pedro Eurico
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 1044/2005, de autoria do Deputado Ettore Labanca.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.
Relator : Pedro Eurico.
Favoráveis os (6) deputados: Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, José Queiroz.

Parecer Nº 5420/2005

Emenda nº 01, apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2005, de autoria do Procurador Geral de Justiça

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. EMENDA QUE OBJETIVA APERFEIÇOAR A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL. ALTERAÇÕES QUE ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O INTERESSE PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, a Emenda nº 01, apresentada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2005, de autoria do Procurador Geral de Justiça. A Proposição Principal dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Por sua vez, a Emenda ora em análise objetiva aperfeiçoar a Proposição Principal.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 195 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

As alterações ora propostas aperfeiçoam a Proposição Principal e atendem ao interesse público.

Por outro lado, inexistem quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade em suas disposições.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da Emenda nº 01, apresentada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2005, de autoria do Procurador Geral de Justiça.

Jacilda Urquisa
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.
Relator : Jacilda Urquisa.
Favoráveis os (4) deputados: Adelmo Duarte, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo.
Contrários os (2) deputados: Alf, José Queiroz.

1. Relatório

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação da Emenda nº 01, apresentada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2005, de autoria do Procurador Geral de Justiça.

Parecer Nº 5421/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 1062/2005
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A CEDER O DIREITO DE USO DO IMÓVEL QUE INDICA. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1062/2005, de autoria do Governador do Estado, que visa autorizar o Estado de Pernambuco a ceder ao Município de Altinho, a título gratuito e pelo prazo de 04 (quatro) anos, o direito de uso do imóvel de sua propriedade, situado na Av. Dr. Manoel Borba, naquele Município, com as confrontações descritas no anexo único.

Conforme os arts. 2º e 3º da Proposição Governamental, o imóvel cedido através do Projeto de Lei sob análise destinar-se-á, exclusivamente, à implantação do Memorial Altinense de resgate dos valores históricos e culturais locais.

2. Parecer do Relator

A presente proposição encontra supedâneo nos arts. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Conforme determinam os arts. 4º, § 1º e 15, IV, a cessão do direito de uso de bens imóveis do Estado, desafetados do uso público, dependem de autorização desta Assembleia Legislativa, mediante lei específica.

Por sua vez, a lei que a autorizar deverá prever expressamente o prazo de duração da cessão, cuja renovação dependerá de nova autorização legislativa, mediante lei específica, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 4º da Carta Estadual.

Todos os requisitos acima referidos foram atendidos pelo Projeto de Lei ora em análise.

De fato, a autorização legislativa foi encaminhada através de projeto de lei especificamente a esse fim destinado, o qual estabelece o prazo de duração de 04 (quatro) anos para a cessão (art. 1º, *caput*), contados a partir da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso de Imóvel.

O art. 4º, por sua vez, prevê que a renovação da cessão só se dará mediante lei específica.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1062/2005, de autoria do Governador do Estado.

José Queiroz
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1062/2005, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.
Relator : José Queiroz.
Favoráveis os (7) deputados: Alf, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, Pedro Eurico.

Parecer Nº 5422/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 1063/2005
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA CONCEDER PENSÃO ESPECIAL MENSAL A BENEFICIÁRIOS DE SERVIDOR MILITAR FALECIDO EM

SERVIÇO. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1063/2005, de autoria do Governador do Estado.

O Projeto em referência propõe a concessão de pensão especial mensal, no valor de R\$ 1.753,20 (hum mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos) a EVA DA FONSECA DOURADO e DANIEL DA FONSECA DOURADO respectivamente, viúva e filho menor de CELSO DOURADO FREIRE, ex-2º Sargento da Polícia Militar de Pernambuco, promovido "post mortem" à graduação de 1º Sargento PM, a contar de 14 de setembro de 2003.

2. Parecer do Relator

A presente Proposição encontra supedâneo no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Nos termos dos arts. 100, § 8º, da Constituição Estadual, art. 134 da Lei Estadual nº 6.783, de 16 de outubro de 1974 e art. 111, *caput*, da Lei Estadual nº 10.423, de 27 de abril de 1998, a pensão especial mensal deverá ser concedida aos beneficiários do servidor militar falecido em serviço.

Tal exigência legal foi cumprida, vez que, conforme informações contidas no Processo nº 264/05/DP-4 da Polícia Militar de Pernambuco, o ex-Policial Militar faleceu durante o desempenho de suas funções, vítima de acidente de trânsito.

A proposta prevê que os valores devidos aos beneficiários serão pagos em conformidade ao estabelecido no art. 100, §§ 8º, 9º e 12 da Constituição Estadual c/c os artigos 110, §§ 1º e 2º e art. 111, parágrafo único, da Lei Estadual nº 10.426/1990. Há, ainda, a previsão de que tais valores serão reajustados na mesma época e bases em que forem majorados os vencimentos do funcionalismo público estadual.

Ressalte-se, também, que na Proposição há a previsão de que as despesas dela decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias previstas no seu art. 2º, bem como que deverá constar, nos futuros orçamentos do Estado, dotação suficiente à execução da mesma (art. 3º).

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1063/2005, de autoria do Governador do Estado.

Pedro Eurico
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1063/2005, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.
Relator : Pedro Eurico.
Favoráveis os (7) deputados: Adelmo Duarte, Alf, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Jacilda Urquisa, José Queiroz.

Parecer Nº 5423/2005

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 927/2005
Autoria: Deputado Isaltino Nascimento

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA CONSIDERAR A FESTA DA LAVADEIRA PATRIMÔNIO CULTURAL DE PERNAMBUCO. ATENDIDO AO TRÂMITE REGIMENTAL. NO MÉRITO PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1-Vem a esta Comissão de Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária Nº 927/2005, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, para análise e emissão de parecer;

1.2-Trata-se de matéria que busca considerar a Festa da Lavadeira Patrimônio Cultural de Pernambuco.

2. Parecer do Relator

2.1-A presente Propositura tem por finalidade considerar a Festa da Lavadeira Patrimônio Cultural de Pernambuco, bem como incluí-la no calendário oficial de eventos do Estado de Pernambuco, a ser realizada sempre no dia 1º (primeiro) de maio;

2.2- Vale ressaltar, que a Festa da Lavadeira contribui para a manutenção de um número significativo de grupos de expressão da cultura popular de nosso Estado, existentes em recantos simples, distantes dos grandes centros urbanos, o que tem sido registrado ao longo dos anos, preservando esse valioso patrimônio cultural;

2.3- Desta forma, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei deve ser aprovado por esta Comissão Técnica, uma vez que atende ao interesse público. Oportuno, lembramos que, baseado nas informações apresentadas pelo autor do projeto **A FESTA DA LAVADEIRA** é tido como um dos maiores eventos da cultura popular de Pernambuco e do Nordeste.

Aurora Cristina
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária nº 927/2005, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: José Queiroz.
Relator : Aurora Cristina.
Favoráveis os (2) deputados: José Queiroz, Teresa Leitão.

Parecer Nº 5424/2005

Comissão de Administração Pública
Emenda Modificativa Nº 01/2005, de autoria da Comissão de Finanças,

Orçamento e Tributação ao
Projeto de Lei Ordinária Nº 1.048/2005,
Autoria: Ministério Público de Pernambuco

EMENTA: A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, RECEBEU A EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2005, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO, MODIFICANDO O PROJETO DE LEI EM REFERÊNCIA, QUE DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a Emenda Modificativa Nº. 01/2005, de autoria da Comissão de finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1.048/2005;

1.2- Trata-se de proposição que altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei Ordinária Nº 1.048/2005;

1.3- Por ocasião da análise do Projeto de Lei nº 1.048/2005, no seio desta Comissão, o mesmo recebeu parecer favorável, aprovado por unanimidade.

2. Parecer do Relator

2.1- A propositura principal objetiva disciplinar o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco em conformidade com os preceitos constitucionais e de acordo com o novo subsídio dos membros da Magistratura Estadual fixado na Lei Estadual nº 12.861, de 10 de agosto de 2005;

2.2- A proposta do Órgão Ministerial representa aplicação do princípio constitucional da simetria entre a remuneração dos Magistrados e dos Membros do Ministério Público;

2.3- E, por outro lado, conforme demonstrado no Ofício GPG nº 417, o Ministério Público possui dotação orçamentária capaz de arcar com a proposta e, atualmente, está cumprindo todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4- Desta forma, não existe qualquer impedimento à concessão do aumento salarial proposto no projeto de lei principal que justifique a redução proposta pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação desta Casa;

2.5- Assim, a presente Emenda Modificativa deve ser rejeitada por este colegiado, uma vez que fere o interesse público e representa desrespeito ao dispositivo constitucional que estabelece a simetria entre a remuneração dos Magistrados e dos Membros do Ministério Público, contido no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

Teresa Leitão
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja **Rejeitada** a Emenda Modificativa Nº 01/2005, apresentada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1.048/2005, de autoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 27 de setembro de 2005.

Presidente: José Queiroz.
Relator : Teresa Leitão.
Favoráveis os (2) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz.

Parecer Nº 5425/2005

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1.062/2005
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A CEDER O DIREITO DE USO DOS IMÓVEIS QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NO MÉRITO PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.062/2005, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 111, de 14 de setembro de 2005, para análise e emissão de parecer;

1.2- Trata-se de matéria que busca autorização para que o Estado de Pernambuco possa ceder o direito de uso de imóvel que indica e dá outras providências;

2. Parecer do Relator

2.1- A presente Proposição objetiva autorização desta Casa Legislativa, a fim de realizar cessão do direito de uso de imóvel, pertencente ao Estado de Pernambuco, localizado na Av. Manoel Borba, s/nº, Altinho – PE, conforme dispõe o art. 15, inciso IV, da Constituição do Estado, ao Município de Altinho- PE;

2.2- Conforme Mensagem governamental, a presente iniciativa possibilitará a implantação, no referido imóvel, onde funcionada a antiga cadeia pública municipal, de um Memorial Altinense, como forma de resgatar os valores históricos e culturais locais, servindo de atrativo de laser não só para a população, mas também para as pessoas que por algum motivo, transitarem por aquela cidade;

2.3- Desta forma a referida concessão tem por objetivo a restauração e manutenção do supra mencionado imóvel, dando a ela destinação e evitando a sua deterioração natural, em decorrência do tempo, sob as expensas da municipalidade;

2.4- Vale ressaltar, que o imóvel objeto da cessão em análise, dar-se-á a título gratuito, pelo período de 04 (quatro) anos, obrigando-se o cessionário a dar a destinação devida ao imóvel cedido, e, ainda, a mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual, respondendo o cessionário por perdas e danos;

2.5- Por fim, findo o período de vigência da cessão de uso do imóvel, a sua renovação somente poderá ser efetivada mediante a edição de lei específica;

2.6- Isto Posto, esta relatoria entende que o Projeto de Lei em referência está em condições de ser aprovado por este Colegiado, uma vez que evidencia o interesse público, quando do incentivo de resgatar de valores históricos e culturais daquela região.

<div><div><div><div><div></div><div>Aurora Cristina</div></div><div><div></div><div>Deputada</div></div></div></div></div>	
3. Conclusão	
Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária nº 1.062/2005, oriundo do Poder Executivo.	
<div><div><div><div><div></div><div>Sala da Comissão de Administração Pública,</div></div><div><div></div><div>em 27 de setembro de 2005.</div></div></div></div></div>	
Presidente: José Queiroz. Relator : Aurora Cristina. Favoráveis os (2) deputados: José Queiroz, Teresa Leitão.	

Parecer Nº 5426/2005

Comissão de Defesa do Meio Ambiente
Proposição: Projeto de Lei Ordinária Nº 1003/2005
Autor: Poder Executivo
Relatora: Deputada Ana Rodovalho

1 - Histórico

1.1- Vem a esta Comissão de Defesa do Meio Ambiente o Projeto de Lei Ordinária Nº 1003/2005, de autoria do Poder Executivo e a Emenda Modificativa Nº 01, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1003/2005, para análise e parecer.

1.2 - Trata-se de Matéria principal que “Dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações administrativas ambientais, e dá outras providências.”

1.3 - A Emenda “Modifica a redação dos Art. 46 e 51 do Projeto de Lei Ordinária Nº 1003/2005.”

2 - Parecer do Relator

2.1 - A Matéria principal apresentada está fundamentada no Art. 19, caput da Constituição do Estado de Pernambuco e no Art. 182, § único do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

2.2 - A Emenda Modificativa fundamenta-se no Art. 195, inciso IV do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

2.3 - A Proposição encontra-se inserta na esfera de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o Art. 23, VI e VII e de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com o Art. 24, VI da Constituição da República Federativa do Brasil.

2.4 - No mérito, o texto em análise visa atualizar a legislação estadual sobre licenciamento ambiental, com o objetivo de proporcionar instrumentos legais mais eficazes de fiscalização e monitoramento dos recursos ambientais disponíveis no Estado de Pernambuco.

2.5 - Não se registra qualquer elemento contrário à consecução legislativa da Matéria, seja de natureza constitucional, jurídica ou moral, motivo pelo qual reúne condições de ir ao plenário desta Casa Legislativa para ser votada.

<div><div><div><div><div></div><div>Ana Rodovalho</div></div><div><div></div><div>Deputada</div></div></div></div></div>	
3 – Conclusão da Comissão	
Diante do exposto, tendo em vista as considerações apresentadas pela relatora, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1003/2005, aprimorado pela Emenda Modificativa Nº 01 apresentada pela Comissão de Administração Pública.	
<div><div><div><div><div></div><div>Sala da Comissão de Defesa do Meio Ambiente,</div></div><div><div></div><div>em 6 de setembro de 2005.</div></div></div></div></div>	
Presidente em exercício: Ceça Ribeiro. Relator : Ana Rodovalho. Favoráveis os (2) deputados: Ceça Ribeiro, Dilma Lins.	

Parecer Nº 5427/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1006/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final :

Ementa: Denomina PE Prefeito José Carvalho Sobrinho, a Rodovia Estadual PE 430 - Trecho da BR 232 no Distrito de Bom Nome no Município de São José do Belmonte até a BR 361 - Divisa dos Estados de Pernambuco e Ceará.

Art. 1º Fica denominado PE Prefeito José Carvalho Sobrinho a Rodovia Estadual PE 430 - Trecho da BR 232 no Distrito de Bom Nome no Município de São José do Belmonte até a BR 361 - Divisa dos Estados de Pernambuco e Ceará.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

<div><div><div><div><div></div><div>Elias Lira</div></div><div><div></div><div>Deputado</div></div></div></div></div>	
<div><div><div><div><div></div><div>Sala da Comissão de Redação de Leis,</div></div><div><div></div><div>em 27 de setembro de 2005.</div></div></div></div></div>	
Presidente: Claudiano Martins. Relator : Elias Lira. Favoráveis os (2) deputados: Ana Rodovalho, Claudiano Martins.	

Parecer Nº 5428/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1059/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, e dá outras providências.

Art. 1ºFica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2005, em favor dos ENCARGOS GERAIS DO ESTADO, crédito suplementar no valor de R\$ 244.700.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões e setecentos mil reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

RECURSOS DO TESOIRO EM R\$ 1,00			
	29000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO		
	29030 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta		
Op. Especial:	29030.288450197.0777 - Distribuição de Recursos de Origem Tributária aos Municípios	142.200.000	
	3.3.40.00 - FNT 0101 - Outras Despesas Correntes	142.200.000	
Op. Especial:	29030.288410197.0781 - Serviços da Dívida Pública Interna Refinanciada	102.500.000	
	3.2.90.00 - FNT 0101 - Juros e Encargos da Dívida	41.000.000	
	4.6.90.00 - FNT 0101 - Amortização da Dívida	61.500.000	
TOTAL		244.700.000	
		=====	

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o artigo anterior são os provenientes do excesso de arrecadação de Receitas do Tesouro, previsto para o presente exercício, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, à conta da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, conforme classificação a seguir:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	EM R\$ 1,00
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	244.700.000
1100.00.00	Receita Tributária	142.200.000
1110.00.00	Impostos	142.200.000
1112.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	10.000.000
1112.05.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	10.000.000
1113.00.00	Imposto sobre a Produção e a Circulação	132.200.000
1113.02.00	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	132.200.000
1700.00.00	Transferências Correntes	102.500.000
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	102.500.000
1721.00.00	Transferências da União	102.500.000
1721.01.00	Participação na Receita da União	102.500.000
1721.01.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	102.500.000

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

<div><div><div><div><div></div><div>Elias Lira</div></div><div><div></div><div>Deputado</div></div></div></div></div>	
<div><div><div><div><div></div><div>Sala da Comissão de Redação de Leis,</div></div><div><div></div><div>em 27 de setembro de 2005.</div></div></div></div></div>	
Presidente: Claudiano Martins. Relator : Elias Lira. Favoráveis os (2) deputados: Ana Rodovalho, Claudiano Martins.	

Indicações

Indicação Nº 4617/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Ilmo. Sr. Délio Zobaran, DD. Diretor Executivo de Relações Institucionais da TELEMAR/PE**, no sentido de **INSTALAR TELEFONE PÚBLICO, DO TIPO “ORELHÃO”, DENTRO DAS DEPENDÊNCIAS DA LIP LIP INDÚSTRIA DE CONFEÇÕES LTDA, EM CARUARU, neste Estado.** Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento a **Ilma. Sra. Renata de Andrade Pereira, DD. Representante do Departamento Pessoal e Recursos Humanos da Lip Lip Indústria de Confeções Ltda., a Rua Quatorze, Quadra T, Lotes 4 e 5, Distrito Industrial II; e ao Ilmo. Sr. José Simões Filho, a Rua Luiz de Carvalho,158, Centro; ambos em Caruaru.**

Justificativa
Nesta oportunidade, queremos destacar o pleito de uma importante unidade industrial, situada em Caruaru: a Lip Lip Indústria de Confeções Ltda., no Distrito Industrial II, naquele município. Com a ausência de telefones públicos, do tipo “orelhão”, próximos à fábrica, o bem estar alcançado pela comunicação se vê prejudicada, dificultando aos seus mais de 150 membros o acesso a esse importante meio de informações. Por isso, formulamos este apelo a Superintendência da Telemar Pernambuco, para que esforços sejam envidados com vistas a suprir essa premente necessidade de telefonia pública nas dependências da Indústria em tela, auxiliando na comunicação daqueles que virão a ser beneficiados.
Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005.
Antônio Figueirôa Deputado

Indicação Nº 4618/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil; e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Saraiva Felipe, Digníssimo Ministro de Estado da Saúde**, no sentido de **DISPONIBILIZAREM 02 (DUAS) AMBULÂNCIAS PARA ATENDEREM À CRESCENTE DEMANDA POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, neste Estado.** Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao **Exmo. Sr. Dr. Gentil Porto, DD. Secretário Estadual de Saúde; ao Exmo. Sr. José Augusto Maia, DD. Prefeito Municipal; aos Exmos. Srs. Vereadores José Moura Filho e Ernesto Maia, na Câmara Municipal de Vereadores; ao Ilmo. Sr. Prof. Jota Oliveira, a Rua Francisco Barros, 197, Centro; a Rádio Comunidade FM, na pessoa do Sr. Sílvio José, a Rua 13 de Maio, 50, 3º andar, Sala 306, Centro; a Rádio Vale do Capibaribe AM, a Rua Maria Santana, 200, Loteamento Polis Pacas, Bela Vista; ao Jornal Página Livre, na pessoa do Sr. Marconi Silva, a Avenida Cezário Aragão, 1289, Cruz Alta; ao Jornal Cidade, na pessoa do Sr. Guaraci Baldi, a Avenida 29 de Dezembro, 530, Centro; todos em Santa Cruz do Capibaribe.**

Justificativa
A situação por que passa a saúde pública no município de Santa Cruz do Capibaribe, requer a disponibilidade de transporte para atender às necessidades da população mais longíqua, com vistas a deslocá-la para o atendimento à saúde na sede do município. Por isso, visando melhor atender a demanda da população mais necessitada, apelamos veementemente ao Governo Federal, de modo especial ao Ministério da Saúde, para que liberem recursos financeiros para a aquisição de ambulâncias, para que os que mais precisam de assistência médica tenham possibilidade de se deslocar a centros médicos mais avançados.
Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005.
Antônio Figueirôa Deputado

Indicação Nº 4619/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Ilmo. Sr. Dr. Laedson Bezerra, DD. Diretor do DETRAN/PE; e ao Ilmo. Sr. Júlio César Santos Amaral, DD. Coordenador do CIRETRAN**, a Rua João Balbino, 88, Centro, em Santa Cruz do Capibaribe; no sentido de **INSTALAREM SEMÁFORO NA AVENIDA PREFEITO BRAZ DE LIRA, NO BAIRRO DA PALESTINA,PRÓXIMO AO POSTO SANTA CRUZ, naquele município, neste Estado.** Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao **Exmo. Sr. José Augusto Maia, DD. Prefeito Municipal; e ao Exmo. Sr. Vereador Aginaldo Xavier, na Câmara Municipal de Vereadores; a Rádio Comunidade FM, na pessoa do Sr. Sílvio José, a Rua 13 de Maio, 50, 3º andar, Sala 306, Centro; a Rádio Vale do Capibaribe AM, a Rua Maria Santana, 200, Loteamento Polis Pacas, Bela Vista; ao Jornal Página Livre, na pessoa do Sr. Marconi Silva, a Avenida Cezário Aragão, 1289, Cruz Alta; ao Jornal Cidade, na pessoa do Sr. Guaraci Baldi, a Avenida 29 de Dezembro, 530, Centro; todos em Santa Cruz do Capibaribe.**

Justificativa
A falta de semáforo na Avenida Prefeito Braz de Lira, no bairro da Palestina, em Santa Cruz do Capibaribe, vem provocando sérios prejuízos àquela população e aos que por ali tragefem, devido ao grande fluxo de veículos, que gera acidentes e atropelamentos. O presente apelo foi inspirado nas denúncias da população atingida, e se entendendo de uma reinvidicação justa, pois tem como objetivo a preservação da vida e melhor fluidez no tráfego local, daí esta Indicação, que esperamos ser aprovada pelo Plenário deste Poder Legislativo.
Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005.
Antônio Figueirôa Deputado

Indicação Nº 4620/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr.Divaldo de Arruda Câmara, Coordenador da 4º UNIT/DNIT, sito na avenida Antônimo de Goes, 820, Pina, Recife, **no sentido de realizar uma operação tapa buracos e recuperar o acesso da via local, no Km 56 da BR-101 norte, em Paratibe, no município de Paulista.** Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento a empresa Novos Alimentos, na pessoa da Srª Lilian Litieri, na Br-101 norte Km 56,2, Paratibe- Paulista, Cep:53413-903; ao Srº. Valmir Sabino de Melo, Sito na rua Arlindo Pereira de Santana, 45, Paratibe-Paulista, Cep:53413-903; Exmo. Sr Yves Ribeiro, Prefeito do Município de Paulista; Exmo. Sr. Vereador Antonio Jasé Lima Valpassos Câmara Municipal de Paulista Pça. Agamenon Magalhães, s/n, Centro, Cep - 53.400-000 - Paulista - PE;

Justificativa
Esta solicitação parte de uma necessidade dos trabalhadores destas empresas entre elas Novos Alimentos do referido trecho, e da comunidade de Mubeca. Devido a má conservação da via local os coletivos deixaram de tráfegar e estão fazendo o percurso pela pista

principal abandonando as paradas de ônibus que ficam em locais iluminados e bastante movimentados; por exemplo, o que fica em frente a empresa Novos Alimentos.
Perante esta situação os trabalhadores e moradores tem de ficar a espera dos ônibus às margens da BR, expostos à risco de acidente e de assaltos, tendo que, muitas vezes, irem em grupos para as margens da rodovia. O risco de acidentes e os transtornos sofridos pelos cidadãos ja virou rotina. Diante do Exposto solicitado dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 23 de setembro de 2005.

Ceça Ribeiro
Deputada

Indicação Nº 4621/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr.Divaldo de Arruda Câmara, Coordenador da 4ª UNIT/DNIT, na avenida Antônio de Goes, 820, Pina, Recife, **no sentido de realizar a recuperação da rodovia BR-424 no trecho entre os municípios de Arcoverde e Pedra**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. José Cavalcanti Alves Júnior,Prefeito do município de Arcoverde; ao Exmo. Sr. Francisco Carlos Braz, Prefeito do município de Pedra.

Justificativa

A citada rodovia está em péssimo estado de conservação desde janeiro de dois mil e quatro, quando o rigoroso inverno danificou várias estradas do interior do Estado. O Km 12 é o trecho de situação mais crítica, está em faixa única ficando os condutores impossibilitados de fazerem ultrapassagem; em alguns pontos a velocidade média não ultrapassa 40 Km. Esses fatos vêm acarretando diversos transtornos aos motoristas que utilizam esta via. Diante do exposto solicitado dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005.

Ceça Ribeiro
Deputada

Indicação Nº 4622/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Manoel Guedes Alcoforado, Diretor-Presidente da Celpe, no sentido de que seja realizado uma vistoria na linha de transmissão da comunidade de Inhamã - Abreu e Lima - PE. para que seja solucionado as constante queda de energia na referida comunidade. Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento a Sra. Ozinete Gomes Rodrigues, Diretora da Associação de Produtores e Moradores de Inhamã - Av. São João Batista s/n, Inhamã - Abreu e Lima; Exmo Sr. Flávio Gadelha, Prefeito do Município de Abreu e Lima e o Sr.Vereador José Carneiro de Moura, Presidente da Câmara Municipal de Abreu e Lima, Av. Duarte de Caxias, 334 , Cep - 53.450-000 - Abreu e Lima/PE;

Justificativa

A comunidade de Inhamã vem sofrendo com constates quedas de energia, a população aponta como causa a falta de podaão das árvores no percurso das linhas de transmissão. Diante do exposto solicitado dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005.

Ceça Ribeiro
Deputada

Indicação Nº 4623/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Sr.Tito Livio, Presidente do CPRH, no sentido de que seja realizado uma vistoria no Lixão de Inhamã - Abreu e Lima - PE**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento a Sra. Ozinete Gomes Rodrigues, Diretora da Associação de Produtores e Moradores de Inhamã - Av. São João Batista s/n, Inhamã - Abreu e Lima; Exmo Sr. Flávio Gadelha, Prefeito do Município de Abreu e Lima e o Sr.Vereador José Carneiro de Moura, Presidente da Câmara Municipal de Abreu e Lima, Av. Duarte de Caxias, 334, Cep - 53.450-000 - Abreu e Lima/PE;

Justificativa

A comunidade agrícola de Inhamã, tem um grande problema decorrente da instalação do lixão na área agrícola, o que penaliza os agricultores pela infiltração do chorume no solo e, conseqüentemente, na água. Atualmente esse problema vem sendo agravado com o lançamento de resíduos de limpa-fossas no local. Estes fatos conduziram a comunidade a realizar a denúncia, com a finalidade de comunicar e encontrar possíveis soluções para o fato mencionado através da fiscalização e punição dos infratores. Diante do exposto, solicitado dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 20 de setembro de 2005.

Ceça Ribeiro
Deputada

Indicação Nº 4624/2005

Indicamos à Mesa, depois de ouvido o Plenário, obedecidas as normas regimentais, no sentido de que seja formulado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Doutor Jarbas Vasconcelos, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Mozart Neves, e ao Exmo. Sr. Secretário Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, Dr. Alexandre Valença, no sentido de providenciarem a construção de uma quadra poli-esportiva no **Colégio Austro Costa**, no município de Limoeiro.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Diretor da Rádio Cultural FM, Sr. Alexandre Queralvares, na Rua da Alegria n.º 990, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor da Rádio Jornal de Limoeiro, Sr. Juari Barroso, na Praça da Bandeira n.º 44, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Diretor do Informativo Fique por Dentro, Sr. Rubens Sacramento, na Av. Santo Antônio n.º 406, 1.º andar, Limoeiro, 55700-000; aos Revmos. Srs., Pe. Luís e Pe. Inácio, no Salão Paroquial, Rua da Matriz s/n, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; a Presidenta da Sociedade São Vicente de Paulo de Limoeiro, Srta. Sônia Maria Cavalcanti, na Rua Vigário Joaquim Pinto, 105, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Sr. Emanuel Augusto Gomes

Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente do SINSEMUL, Sr. Ivo Leocádio da Silva, na Rua Santa Cruz, 25/29, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Presidente da Câmara Municipal do Limoeiro, Dr. Geraldo José de Moraes Guerra, e aos demais vereadores, na Rua da Matriz, 134, Limoeiro-PE, 55700-000.

Justificativa

O Colégio Austro Costa, tradicional estabelecimento de ensino de Li-moeiro, que se localiza na zona urbana daquele município, atualmen-te possui 618 alunos matriculados, distribuídos entre o ensino fun-damental e médio. Localiza-se na zona urbana daquele município. O Estabelecimento recebeu a premiação das escolas que se sobressaíram no Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE 2002, prêmio que é realizado através de convênio de cooperação técnica firmado entre a Secretaria Estadual de Educação e a Unesco.

Dessa forma, para se dar continuidade ao excelente trabalho que vem sendo realizado naquela instituição, faz-se necessário a construção de uma quadra poli-esportiva, que é uma reivindicação não só dos alunos e professores, mas de toda a comunidade.

A efetivação deste pleito trará benefícios para a juventude daquela comunidade, ao passo que garantirá o direito constitucional ao lazer (art. 6º, CF1988), além de viabilizar a implantação do Programa Escola Aberta, que vem contribuindo para a redução dos índices de violência nas unidades de ensino que já participam da iniciativa. Assim, a construção de uma quadra poli-esportiva contribuirá para melhoria da qualidade de vida da comunidade, afastando os jovens da criminalidade e das drogas.

Resalte-se que no dia 04/02/2004 o Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Mozart Neves Ramos, visitou a Escola e, na oportunidade, comprometeu-se em viabilizar as condições necessárias para a construção de uma quadra naquele recinto educacional.

A expectativa dos alunos e professores é enorme, principalmente após a visita do Secretário no citado estabelecimento, daí a necessidade de uma maior celeridade nas ações que viabilizem a construção da referida quadra.

Diante do Exposto, na qualidade de legítimo representante daquele município eleito para esta casa legislativa, encaminho a presente indicação na certeza de sua viabilidade junto às autoridades governamentais, pedindo a aprovação aos meus ilustres pares.

Sala das Reuniões, em 20 de setembro de 2005.

Ricardo Teobaldo
Deputado

Requerimentos

Requerimento Nº 3286/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja considerado na Ata dos Trabalhos desta Casa no dia de hoje Voto de Aplauso, pelo transcurso no dia 30 de Setembro do corrente do “Dia da Secretária” e para representar esta classe tão valerosa, nos fixamos na pessoa da Srª. Martha Lúcia França Kehrlr Carvalho.

da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Srª. Martha Lúcia França Kehrlr Carvalho, na Rua Waldemar Nery, 265, aptº 302 - Boa Viagem – Recife – PE.

Justificativa

A proposição em pauta visa homenagear todas as Secretárias do Estado de Pernambuco, pelo transcurso do seu dia, haja vista, o trabalho que a valorosa classe desenvolve em todos os setores da sociedade onde atuam, trabalho este, que tornou-se indispensável em todos os níveis, e que realmente merece ser destacado, o que oficialmente fazemos, através desta proposição parlamentar. Para representar as **Secretárias** nesta data, que será efusivamente comemorada em todo o país, elegemos na Srª. Martha Lúcia França Kehrlr Carvalho, pela competência e dedicação com que vem executando a sua função na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em nosso Gabinete Parlamentar.

Ante tais considerações, é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, para solicitar-lhes a melhor das acolhidas a esta proposição, que consideramos como justa e oportuna.

Sala das Reuniões, em 20 de setembro de 2005

Dilma Lins
Deputada

Requerimento Nº 3287/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa no dia de hoje, voto de Aplauso, pela passagem do “Dia da Bíblia” a ser comemorado em 30 de Setembro do corrente, e para simbolizar a homenagem em questão, escolhemos a pessoa do Bispo Emerson Carlos de Oliveira, da Igreja Universal do Reino de Deus em Pernambuco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Bispo Emerson Carlos de Oliveira, na Av. Cruz Cábuga, 141 - Santo Amaro – CEP: 50040-001.

Justificativa

O “Dia da Bíblia” a ser comemorado em 30 de Setembro do corrente é de fundamental importância, por tudo quanto representa para a humanidade e pelos ensinamentos maravilhosos que o Senhor Jesus Cristo nos deixou, para mostrar a todos nós o verdadeiro caminho para Deus.

Na verdade o “Dia da Bíblia”, deveria ser comemorado todos os dias pois jamais existirá um livro de tanta magnitude e que concnre em cada uma de suas páginas palavras de tanta sabedoria e relevância para as nossas vidas. Seus evangelhos repletos de parábolas, apesar datarem de vários séculos, ainda se constituem em atuais e ricas lições de vida, que perdurarão ao longo dos tempos. E se a nossa escolha, recaiu sobre o Bispo Emerson Carlos de Oliveira, para representar a comunidade evangélica e a sociedade com um todo, deve-se ao inestimável trabalho de evangelização que vem desempenhando a frente da Igreja Universal do Reino de Deus, em Pernambuco.

Ante tais considerações, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que dispensem a esta proposição a melhor das acolhidas, por considerá-la como justa e oportuna.

Sala das Reuniões, em 20 de setembro de 2005

Dilma Lins
Deputada

Requerimento Nº 3288/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos nossos trabalhos legislativos de hoje, um Voto de Aplausos, para com a Usina São José, pela publicação do jornal Grande Recife – Especial. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, com endereço no Palácio do Campo das Princesas, Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040; a Exma. Sra. Secretária da Fazenda Estadual, Dr. Maria José Briano Gomes, com endereço na Secretaria da Fazenda, Rua do Imperador D. Pedro II – s/n – Santo Antônio – Recife-PE – CEP 50010-240; ao Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Severino de Souza Silva, com endereço a Praça da Bandeira, 14 – Centro – Igarassú-PE, CEP: 53600-000 e a todos os que fazem a Usina São José, na pessoa do Dr. Frederico Petribú, com endereço na Usina São José – Rodovia-PE 41, s/n, Km 107, Zona Rural – Igarassú, CEP: 53600-000.

Justificativa

“A Usina São José foi fundada em 1917. Durante mais de 70 anos, ela foi administrada por diversos empresários, até que, em 1995, o controle da empresa passou para as mãos da família Cavalcanti de Petribú. Em 2001, os acionistas das empresas controladoras das usinas São José e Petribú permutaram suas ações, passando a São José a ser administrada por um novo braço da família”.

A filosofia empresarial implantada pelo Grupo Cavalcanti Petribú fez com que a São José alcançasse posição de destaque no cenário sucroalcooleiro do país, recebendo vários prêmios em áreas prioritárias como educação, meio ambiente e agricultura.

Nesta proposição, queremos ainda mencionar alguns prêmios que a Usina São José, com sua robusta performance conquistou durante o período de sua nova trajetória. Foram eles:

1.Destaque agrícola/2002- III- Prêmio Nordeste – Biosciences Agribu-siness/Bast.
2.Prêmio Vida Profissional Sodex ho Pass 2004, “Escola com Educação Ambiental”.
3.Prêmio Master Cana 2004 – Referência Global em Excelência e Qualidade “Segurança no Trabalho, Controle e Preservação Ambiental”.
Indubitavelmente, podemos apresentar a Usina São José como uma organização moderna, que acompanha a passos largos a realidade tecnológica e desenvolvimentista mundial. Realmente estamos nos referindo a uma empresa com a marca sublime e virtuosa da responsabilidade social. Oportuna e feliz a publicação do “Grande Recife - Especial” a qual retrata toda a história de uma empresa genuinamente pernambucana.

Por tudo isso, é natural o júbilo que domina a família Cavalcanti de Petribú, exímia administradora e por demais arrojada e muito trabalhadora. Portanto, nós parlamentares, que fazemos o Poder Legislativo de Pernambuco, não poderíamos alhear-se de tão importante e significativo acontecimento, razão pela qual queremos aqui manifestar nossa satisfação por tão grata efeméride. Nestas condições é que estamos requerendo, nos termos regimentais, seja consignado na ata de nossos trabalhos, um voto de aplausos com os laboriosos administradores e funcionários da tradicional Usina São José.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento Nº 3289/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão um **voto de pesar** pelo falecimento do **Sr. José Marques Paes Barreto**, ocorrido no dia 17 de setembro do corrente ano. Da decisão do Plenário, e do inteiro teor desta proposição, dê-se ciência ao Dr. Wellington Paes Barreto e aos demais familiares, com endereço a Av. 10 de novembro, 146 - Carmo– Olinda /PE, CEP – 53.020-060..

Justificativa

Nascido e criado na nossa histórica cidade, pertencente a uma das mais tradicionais famílias olindense, José Marques Paes Barreto “conhecido como ZECA”, nasceu em 27 de fevereiro de 1917. Casou com a pesqueiraense Nalva Cordeiro Paes Barreto, também já falecida, com quem teve um casal de filhos, Wellington e Ana Elizabeth, que lhes deram oito netos.

Exerceu durante todo sua vida profissional a atividade de Contador, tendo iniciado seu aprendizado nessa profissão, na década de 40, no tradicional Grupo Daniel Rodrigues. Mais tarde prestou serviços a várias empresas pernambucanas de renome, como Grupo Zigmunt Kátz, Franco Ferreira, Serralharia Ideal, entre outras.

Apaixonado pela música, era notabilizado pela excelente voz, o que na juventude o fez presentear os parentes e amigos com memoráveis e inesquecíveis serestas, que deixavam todos - pesqueirenses e olidenses - encantados. Outra paixão de sua vida era o futebol, cujo fervor dedicava como torcedor ao Sport Clube Recife. Porém, todos nós sabemos, familiares e amigos, que menor amor não foi dedicado a sua querida Marím dos Caetés.

Assim, sensibilizada e consternada com a perda do querido amigo, solicito essa justa homenagem póstuma, emprestando nesta ocasião a solidariedade cristã aos seus familiares.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005

Jacilda Urquiza
Deputada

Requerimento Nº 3290/2005

Requeremos à Mesa, depois de ouvido o Plenário e cumprida as formalidades regimentais que seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de “APLAUSO” ao Engenheiro **Eduardo Castelletti**, pelos relevantes estudos sobre o impacto econômico e social na produção do biodiesel em Pernambuco.

Da decisão do Plenário, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Sra. Vera Castelletti, na Fazenda Serra Branca, s/nº, Caixa Postal 32, CEP 55294-901, Garanhuns/PE.

Justificativa

O Engenheiro Eduardo Castelletti é pesquisador do Laboratório de Combustíveis e Energia da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (Policom).

À instalação de uma fábrica de biodiesel, financiada com recursos federais, no Estado de Pernambuco, faz-se necessário um estudo do impacto econômico e social da produção de um combustível limpo e biodegradável.

Segundo pesquisa realizada pelo Engenheiro Eduardo Castelletti, uma iniciativa do Governo Federal, através do Programa de

Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) do produto que utilizar matéria-prima cultivada em propriedades pequenas e familiares, poderá baratear os custos da produção daquele combustível e, ao mesmo tempo, será responsável pela geração de renda e de diversos empregos no Estado de Pernambuco.

Isto porque cada hectare da cultura produz uma tonelada de mamona e emprega, diretamente, uma média de três pessoas e meia. Além disso, estar-se-á utilizando um combustível não poluente, fabricado a partir de fontes renováveis e muito mais barato que os demais combustíveis utilizados.

Ante o exposto, requer-se aos pares parlamentares a aprovação dessa justa homenagem ao Engenheiro Eduardo Castelletti, pelo importante trabalho científico que vem desempenhando em prol do desenvolvimento social e econômico do Estado de Pernam-buco.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005

Aurora Cristina
Deputada

Requerimento Nº 3291/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na ata dos nossos trabalhos legistivos de hoje, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES com o povo de Igarassu pela realização das festividades aluviais aos padroeiros da cidade, Santos Cosme e Damião, dia 27.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor da presente proposição, dela dê-se conhecimento ao prefeito do município de Igarassu, senhor Severino Souza e Silva, ao presidente da Câmara Municipal, vereador Luiz dos Passos e demais pares daquele agosto colegiado e ao assessor especial deste gabinete e ex-prefeito de Igarassu, senhor Jurandir Bezerra Lins.

Justificativa

A festa popular religiosa em homenagem aos Santos Cosme e Damião, padroeiros do município de Igarassu, realizada anualmente, dos diasd 20 à 27 de setembro, é um acontecimento marcante não apenas para os romeiros, mas para o povo daquela cidade-monumento, que ainda hoje mantém acesa a chama da fé contida pelos devotos nos Santos Cosme e Damião.

Em Igarassu, a celebração a São Cosme e Damião encerra as comemorações festivas com procissão e missa no final da tarde no largo da Igreja dos Santos Cosme e Damião, a mais antiga do Brasil. Cosme e Damião foram martirizados na Síria, porém é desconhecida a forma como morreram. Seu culto já estava estabilizado no Mediterrâneo no século V. Perseguidos por Diocleciano, foram trucidados e muitos fiéis transportaram seus corpos para Roma, onde foram sepultados no maior templo dedicado a eles, feito pelo Papa Félix IV (526-30), na Basílica no Fórum de Roma com as iniciais SS - Cosme e Damião.

Alguns relatos atestam que eram originários da Arábia, mas de pais cristãos. Seus nomes verdadeiros eram Acta e Passio. Surgiram várias versões, mas nenhuma comprovada com fundamento histórico. Em uma das fontes, explica-se que eram dois irmãos, bons e caridosos que realizavam milagres. Alguns relatos afirmam que foram amarrados e jogados em um despenhadeiro sob a acusação de feitiçaria e inimigos dos deuses romanos. Em outra versão, na primeira tentativa de morte, foram afogados, mas salvos por anjos. Na segunda, foram queimados, mas o fogo não lhes causou dano algum. Apedrejados na terceira vez, as pedras voltaram para trás, sem atingi-los. Por fim, morreram degolados.

Depois de mortos, apareceram materializados ajudando crianças que sofriam violências. Ao gêmeo Acta é atribuído o milagre da levitação e ao gêmeo Passio a tranqüilidade da aceitação do seu martírio. A partir do século V os milagres de cura atribuídos aos gêmeos fizeram com que passassem a ser considerados médicos, pois, quando em via, exerciam a medicina na Síria, em Egéia e Ásia Menor, sem receber qualquer pagamento. Por isso, eram chamados de anargiros, ou seja, inimigos do dinheiro. Mais tarde, foram escolhidos patronos dos cirurgiões. Sempre confiantes em Deus, oravam e obtinham curas fantásticas. Também foram chamados de “santos pobres”. Muitos esforços foram feitos para demonstrar que Cosme e Damião não existiram de fato, que eram apenas a versão cristã dos filhos gêmeos pagãos de Zeus. Isto não é verdade, embora haja evidências de que a superstição popular muitas vezes fez supor haver em seu culto uma adaptação do costume pagão.

No Brasil, em 1530, a igreja de Iguaraçu, em Pernambuco, consagrou Cosme e Damião como padroeiros. No dia 27 de setembro, quando é realizada a festa aos santos gêmeos, as igrejas e os templos das religiões afro-brasileiras são enfeitadas com bandeirolas e alegres desenhos.

No candomblé, são associados aos “ibejis”, gêmeos amigos das crianças que teriam a capacidade de agilizar qualquer pedido que lhes fosse feito em troca de doces e guloseimas. O nome Cosme significa “o enfeitado” e Damião, “o popular”.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005

Guilherme Uchôa
Deputado

Requerimento Nº 3292/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja formulado um voto de aplauso ao município de Igarassú pela comemoração das festividades religiosas dos seus padroeiros Santos Cosme e Damião, sendo esse festejo parte do aniversário de 470 anos de emancipação política do município.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo Sr. Severino Souza, Prefeito do Município de Igarassu; Exmº. Sr. Vereador Luiz Cavalcante dos Passos, Câmara Municipal de Igarassu Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n Cep - 53.600-000 - Igarassu - PE.

Justificativa

Em 1537 foi fundada a Vila de Igarassu, cujo nome significa “canoa grande”. O município é considerado o primeiro núcleo de povoamento do país. Igarassu fica a 30km do Recife, no litorle norte da Região Metropolitana e possui um dos patrimônios mais invejáveis e expressivos da arquitetura de cunho civil e religioso do Brasil. Lá se encontra a mais antiga igreja do país (1535), de São Cosme e Damião, a quem é atribuído um milagre de 1685, quando as cidades de Recife, Olinda, Itamaracá e Goiana foram assoladas pela febre amarela e Igarassu escapou, ilesa, da praga. Diante do exposto solicitado dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005

Ceça Ribeiro
Deputada

Requerimento N° 3293/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado VOTO DE PESAR diante do falecimento da Sra. Aurora Arraes, mãe do Vereador João Arraes. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Vereador João Arraes, à rua Princesa Isabel, nº 410, Boa Vista, Recife - PE, CEP: 50050-908, Câmara Municipal do Recife.

Justificativa

É com muita tristeza que registramos o falecimento da mãe de um homem que tem um espírito público, de grande relevância, como é o caso do Sr. João Arraes, sendo ele, portanto o espelho de uma mulher guerreira, que durante toda sua vida dedicou-se a uma família onde seus filhos tem sido diante dos que lhe rodeiam, grandes companheiros,e bastante abnegados naquelas atribuições que lhe são confiadas.

Sala das Reuniões, em 22 de setembro de 2005
Malba Lucena
Deputada

Requerimento N° 3294/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja conferido **VOTO DE APLAUSOS** pela passagem do Dia Nacional dos Surdos, ocorrido no dia 26 de setembro do corrente ano.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento, ao Sr. Digerson Manuel, Presidente da Associação Pernambucana dos Surdos, na Praça Barreto Campelo, 1238, Torre, CEP: 50710-290, ao Exmo. Sr. Audisio Costa, Vereador da Cidade do Recife, na Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, CEP: 50050-970, ao Sr. Marcelo Batista, Diretor Regional da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, na Av. Guararapes, 178, Edifício Almares, 3º Andar, Santo Antonio, CEP: 50010-000, ao Sr. Manoel Aguiar, Superintendente Estadual da Superintendência Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência - SEAD, na Rua Guilherme Pinto, 133, Graças, CEP: 52040-210, Recife – PE, e ao Sr. Domingo Sávio, na Av. Pastor Amaro de Sena Av. D, 438A, Quadra 112, Caetés I, CEP: 53540-250, Abreu e Lima - PE.

Justificativa

A presente proposição objetiva prestar uma justa homenagem pela passagem do Dia Nacional dos Surdos, comemorado no dia 26 de setembro do ano em curso, bem como reconhecer os relevantes serviços prestados pela Associação Pernambucana dos Surdos, tanto as pessoas portadoras de deficiência auditiva, quanto aos seus familiares.

No Dia Nacional dos Surdos ficou demonstrada a continuação da luta para a inclusão dos portadores de surdez ao convívio social brasileiro, visando a consolidação do direito a igualdade de oportunidade com demais cidadãos, seja no acesso ao trabalho, aos meios de comunicação, a uma educação que levem em consideração as necessidades e peculiaridades de cada, bem como a quebra de barreiras e extinção de preconceitos.

Nesse sentido, vale ressaltar que os surdos têm conquistado, com muito sacrifício algumas vitórias importantes. Todavia, as mobilizações e manifestações realização no País inteiro, deixam clara a necessidade do Poder Público em as esferas da administração, desenvolver ações, seja para cumprir a legislação existente, ou até mesmo criar novas leis para atender as necessidades e aos anseios dos portadores de deficiência auditiva. Considerando que o tema em apreço encerra matéria de relevante interesse social, conclamamos aos Ilustres Parlamentares pela aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 27 de setembro de 2005
Nelson Pereira
Deputado

Requerimento N° 3295/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja transcrito nos Anais desta Casa legislativa o artigo “Miguel Arraes” de autoria do historiador e geógrafo Manuel Correia de Andrade, publicado do Jornal do Commercio em 18 de Setembro de 2005.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Campos - Presidente Nacional do PSB, sito a Sede do PSB em Pernambuco à Rua Dr. Geraldo de Andrade, nº57 - Espinheiro - Recife/PE CEP: 52.021-220, ao Sr. Manuel Correia de Andrade, sito ao Jornal do Commercio, ao Sr. João Carlos Paes Mendonça Presidente do Jornal do Commercio, ao Sr. Rodolfo Pereira Tourinho - Diretor Superintendente do Jornal do Commercio, sitos ao Jornal do Commercio, à Rua da Fundação, 257 - Santo Amaro Recife-PE CEP 50.040-100.

Justificativa

O artigo a ser transcrito trata de uma Miguel Arraes de Alencar.

“Miguel Arraes
Pernambuco perdeu, a 13 de agosto passado, um dos líderes políticos mais expressivos dos últimos 50 anos. Arraes tem um lugar na história pernambucana. Com numerosas figuras que o antecederam na administração e condução política do estado, ele se posiciona dentro das figuras mais eminentes, ao lado de Duarte Coelho, no Século 19 e de Dantas Barreto, já no Século 20. De coragem incontestável e honestidade a toda a prova, com um senso de equilíbrio e fidelidade ao povo incomparáveis, ele dedicou sua vida à busca de corrigir injustiças herdadas da colonização, e a atenuar desigualdades sociais. Na sua luta em favor do povo, este cearense de nascimento e pernambucano de coração igualou-se a Nabuco, um dos maiores pernambucanos de todos os tempos, na preocupação com as condições de vida e alimentação dos necessitados, ele lembra Josué de Castro, na luta para melhorar a situação dos camponeses, relembra Francisco Julião, na tentativa de encontrar soluções para os desafios enfrentados pelos discriminados, lembra João Alfredo, realizando a abolição de escravatura sem indenização aos proprietários de escravos. Na defesa da organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, lembra Gregório Bezerra, sempre lutando pela extensão da legislação trabalhista ao campo.
Analisando-se a figura de Arraes, o reformador, o estadista, observa-se nele uma série de qualidades políticas que desenvolveu, mantendo a coerência da linha de pensamento deste os seus dias de estudante até o fim da vida. Seu desejo era que os problema do povo fossem resolvidos com a participação popular. Seu empenho pela liberdade de manifestação do pensamento e da ação dos mais

humildes, seu senso de disciplina, sua preocupação com as condições de vida do povo fizeram dele o idolo popular que todos reconhecemos.

Demonstrou coerência nas horas mais difíceis do seu primeiro mandato, quando pugnou pela aplicação da lei que levasse ao campo os direitos concedidos, deste 1943, aos trabalhadores da cidade, garantindo ao trabalhador rural benefícios que repercutiram sobre a vida de cidades e vilas do interior. Para fortalecer este direito, contribuiu para a difusão do uso do rádio de pilha, para o homem mais simples tomar conhecimento do que acontecia no mundo.

Não podendo realizar reforma agrária em nível estadual, procurou levar o crédito agrícola a juros mais baixos, chegou aos pequenos agricultores, impedindo a ação de agiotas que detinham o controle da comercialização da pequena produção do campo. Com o desenvolvimento do movimento sindical e de organizações populares, Arraes levou o povo à participação nas deliberações políticas, fazendo com que se interessasse pelo que se passava na roda do poder. A preocupação com a elevação educacional levou-o, ainda quando prefeito do Recife, a criar o Movimento de Cultura Popular, demonstrando que a educação não era apenas a instrução formal, mas a formação cultural como um todo.

Não era menor a preocupação de Arraes com a saúde e a habitação das camadas populares, além do meio ambiente, quando combateu o uso, muito difundido, do lançamento dos resíduos industriais no leito dos rios, uso proibido, desde 1908, no Governo de Herculano Bandeira.

Deposto em 1964, quando um golpe militar impediu que o Brasil se desenvolvesse, através de uma série de reformas, inclusive a agrária e a urbana, foi preso e exilado para Argélia, onde permaneceu quase 15 anos. Período em que, apesar de distante, não deixou de observar e estudar o Brasil, e de dar assistência aos países subdesenvolvidos da África.

De volta ao Brasil, em 1979, foi recebido entusiasticamente pelo povo, mas não se candidatou ao governo, a fim de não atropelar lideranças de oposição que, na sua ausência, se formaram na luta em defesa da restauração da democracia. Foi eleito deputado federal, atuando na Constituinte. Seu candidato, Marcos Freire, não foi eleito face a modificação feita na legislação eleitoral, com a vinculação dos votos municipais, estaduais e federais. Em 1986 foi eleito governador do Estado, readquirindo o mandato que lhe foi violentamente tirado em 1964. Seria novamente eleito em 1994, dirigindo o Estado até 1998, quando foi derrotado na tentativa de uma reeleição.

Na trajetória política de Arraes observa-se uma permanente coerência com os princípios que sempre o nortearam. Pugnava por um esquerdismo reformista, defendia modificações nas estruturas nacionais que respondessem aos desafios dessa realidade. Por tudo isto, o povo, bem mais que as elites, o entendeu e permaneceu ligado e fiel a ele até a sua morte. A literatura sobre Arraes, incluindo seus próprios livros, é abundante, mas certamente a sua vida será assunto de seminários, ensaios e análises. Ela já começou, com o livro da socióloga cearense Lucili Grangeiro Cortez, O Drama barroco dos exilados do Nordeste, lançado pela Editora Universitária, no próprio mês do seu falecimento.”

Sala das Reuniões, em 22 de setembro de 2005
João Fernando Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3296/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja transcrito nos Anais desta Casa legislativa o artigo “Miguel Arraes um forte” de autoria do jornalista Cleofas Reis, publicado do Jornal do Commercio em 17 de Setembro de 2005.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Campos - Presidente Nacional do PSB, sito a Sede do PSB em Pernambuco à Rua Dr. Geraldo de Andrade, nº57 - Espinheiro - Recife/PE CEP: 52.021-220, ao Sr. Cleofas Reis, sito ao Jornal do Commercio, ao Sr. João Carlos Paes Mendonça Presidente do Jornal do Commercio, ao Sr. Rodolfo Pereira Tourinho - Diretor Superintendente do Jornal do Commercio, sitos ao Jornal do Commercio, à Rua da Fundação, 257 - Santo Amaro Recife-PE CEP 50.040-100.

Justificativa

O artigo a ser transcrito trata de uma Miguel Arraes de Alencar.

“Miguel Arraes, um forte
A passagem de um mês da morte de Miguel Arraes me reporta ao já longínquo ano de 1962, quando exerci pela primeira vez a ação de cidadania do voto. E como diz a sabedoria popular que do primeiro voto (vale também para outras atitudes, garante-se) a gente nunca esquece, tal me ocorreu, tanto mais porque foi uma decisão de que jamais me arrependeria e que seria repetida por três vezes. Por questão de oportunidade, sem nunca me ter aproximado dele pessoalmente, admirava-o de longe. Tive chance, entretanto, de manifestar essa admiração de público, primeiramente na sua campanha para governador, naquele mesmo ano, quando, ainda terminando o segundo grau, cheguei a dela um pouco participar, circulando num carro de som e convocando os ouvintes pelo microfone: “Derrubem três usineiros de uma só vez (João Cleofas, Cid Sampaio e Armando Monteiro Filho), votando em Arraes para governador.” Também tentei ser orador num palanque, na periferia do Recife, brindando o pitoresco: “Até eu, que sou Cleofas, escolhi Arraes”, bradei.
No ano seguinte, Arraes, já ocupando o Palácio das Princesas, tive nova oportunidade de apóia-lo, dessa vez através do jornalzinho A Voz do Colégio Estadual. De circulação restrita mais aos corredores e salas do antigo Ginásio Pernambucano, escrevi dois editoriais no pequeno periódico. Num deles, sob título “Falsa intranquilidade”, defendia o governador de ataques da imprensa e de seus adversários, destacando que eram motivados pelo fato de Arraes querer mudar e corporificar um governo que não se dispunha, como sempre ocorreria, a ser “capitão de mato de latifundiários e usineiros.”

A propósito desse clima forjado de instabilidade, o próprio Arraes, num discurso em julho de 1963, para cerca de 100 mil pessoas e na presença do presidente João Goulart, denunciava que a direita estava criando no país “um falso clima de intranquilidade, de ameaça às instituições”, com isso abrindo caminho “para aventuras golpistas que detenham nosso processo de emancipação política e econômica graças à supressão das liberdades democráticas.” Foi o que ela conseguiu menos de um ano depois, com o golpe de abril de 1964.

Quando de sua primeira reeleição, em 1986, assinei artigo no Diário de Pernambuco. Eis um trecho: “Só deu Arraes na cabeça. Porque na cabeça do povo estava forte ainda a figura de um governante que, há pouco mais de 20 anos, tentou mudar as diretrizes de governo em favor dos mais humildes, procurou deslocar o eixo da máquina estatal para beneficiar os mais necessitados, pela primeira vez na história de Pernambuco buscando retirar a estrutura do Estado de eterno instrumento dos privilegiados. E por isso foi deposto, preso e exilado.”

Se possível resumir a figura de Miguel Arraes num termo, penso que a palavra “forte” combina com sua trajetória de vida. Forte ele foi, como tantos outros nordestinos, quando cedo deixou seu Sertão para tentar vãos mais altos na cidade grande, forte manteve-se quando escolheu uma posição política que olhava para as classes carentes, diferentes da média a que pertencia, forte mostrou-se quando optou pela prisão e pelo exílio ao invés de submeter-se aos militares e renunciar ao Governo de Pernambuco, como estes queriam em 1964, forte mostrou-se dando a volta por cima, ao sofrer a grande derrota eleitoral quando pela quarta vez tentou governar o Estado, e forte permaneceu durante toda a vida, posicionando-se sempre com humanidade e coerência em quaisquer circunstâncias da sua carreira política, diversamente do que tem acontecido com a grande maioria dos eleitos para cargos executivos e legislativos em nosso País.

Para atingir posição tão alta no coração do povo e na história, Miguel Arraes não precisou apresentar-se como mágico salvador da pátria, pois sempre contou com a participação popular na sua ação de administrador e político. Estava certo ao encerrar o discurso de posse como governador pela primeira vez, quando afirmou citando Drummond: “Acredito ter tudo o que um homem precisa ter para o trabalho, e que outra coisa não é senão o que foi dito pelo poeta: Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo.”

Diante do exposto solicito aos meus ilustres pares a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Reuniões, em 22 de setembro de 2005
João Fernando Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3297/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um VOTO DE APLAUSO ao povo do Município de Jaqueira pela passagem do aniversário de 7 anos de emancipação política, comemorado ao dia 28 de Setembro de 2005.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Sr. Amadeu Henrique Barros de Oliveira - Prefeito do Município de Jaqueira, ao Sr. Vereador José Antônio de Melo - Presidente da Câmara Municipal de Jaqueira, ao Sr. Vereador José Jailson de Albuquerque - Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Jaqueira e demais vereadores, ao Sr. Marivaldo Silva de Andrade - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaqueira, sito no Engenho Balsamo da Linha, em Jaqueira/PE, ao Dr. Adalberto - Presidente do PSB em Jaqueira, sito a Rua Dório, 157 - Centro - Jaqueira/PE CEP:55.409-000.

Justificativa

O município de Jaqueira foi criado a 28 de setembro de 1997, com base na Lei Estadual Complementar nº 15, de 1990. A lei permite a um município ou vila solicitar emancipação, desde que atenda alguns requisitos, tais como ter população superior a 10 mil habitantes e que o total de eleitores seja maior que 30% desta população.

Jaqueira é um lugar privilegiado pela natureza. O município reserva para o visitante um fantástico passeio por trilhas ecológicas, assim como inúmeros atrativos naturais, como a Serra do Urubu e a Serra do Espelho. Entre elas, ainda existe uma parte de Mata Atlântica preservada pela iniciativa privada, a qual procura-se manter através do replantio de árvores com o acompanhamento especializado. Essa região é estudada por biólogos que já descobriram na mata espécies raríssimas de bromélias, só existentes no local. O caranguejo de água doce e o pássaro azul também são encontrados na região. O município ainda conta com açudes, bicas, que se localizam nos engenhos Coruba, Freire e Cabuji; e a cachoeira do Engenho Pedra Branca.

Outro ponto de visitação é o Educandário São Joaquim, construído em 1819 no povoado de Frei Caneca, onde se realizam oficinas artesanais.

O município também possui riquezas culturais, que se manifestam através do xaxado, quadrilha, pastoril, dança do coco, baão e frevo. No artesanato, a região apresenta produtos feitos inusitadamente com folha de bananeira, palha de côco e banana. A partir dessas matérias-primas são produzidos caqueiras, cinzeiros, vasos, entre outros. Ainda é fácil encontrar trabalhos com barro, cerâmica, madeira, bordado e croché.

As festas que movimentam o município são a Novena de Padre Cícero, na primeira semana de março; o Novenário de Santo Antônio, no povoado de Frei Caneca, em junho; e a Festa da padroeira Nossa Senhora da Aparecida, no dia 12 de outubro.

Diante do exposto solicito aos meus ilustres pares a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de setembro de 2005
João Fernando Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3298/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um VOTO DE APLAUSO ao povo do Município de Tamandaré pela passagem do aniversário de 7 anos de emancipação política, comemorado ao dia 28 de Setembro.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Sr. Paulo Romero Pereira da Silva - Prefeito de Tamandaré, ao Presidente da Câmara Municipal de Tamandaré e demais vereadores, ao Sr. José Vitor Soares, sito no Assentamento Sauézinho no Distrito de Santo André em Tamandaré, ao Sr. Peixoto, sito na Usina Santo André - Tamandaré.

Justificativa

O município de Tamandaré foi criado a 28 de setembro de 1997, com base na lei estadual complementar nº 15, de 1990, que permitia ao município a emancipação desde que tivesse população superior a 10 mil habitantes e eleitorado maior que 30% dessa população.

O município de Tamandaré foi desmembrado do território de Rio Formoso. Apesar de ser um município novo, Tamandaré é uma localidade bastante antiga, cuja denominação resulta do acidente geográfico que é a baía de Tamandaré. Conforme José de Almeida Maciel, o topônimo Tamandaré (Tamanduar-é) significa o que se assemelha ao tamandua, o que sobe às árvores como o tamandua, o que faz o papel de tamandua.

Contudo, divulga-se no município, inclusive nas escolas, uma outra definição que relaciona Tamandaré ao vocábulo tupi tamoadiré (tab-moi-inda-ré) que significa o repovoador. Na tradição dos índios tupis, Tamandaré era um pajé, a quem Tupã, o grande deus dos trovões, revelara o seu designio de exterminar os homens.

Um dos locais interessantes, em Tamandaré, para a visita dos turistas são as ruínas da Igreja de São José, localizada à beira-mar da praia do município, a construção data do século XIX. Tamandaré tem 16km de muito mar e areia branca. As águas são calmas, excelentes para o banho, graças aos recifes de corais. Sua

faixa de areia na maré baixa é de aproximadamente 60 metros. A região é excelente para os passeios náuticos.

As praias do município atraem milhares de turistas de diversas partes do país e do exterior, com boa infra-estrutura hoteleira, além de diversos restaurantes que fazem a alegria dos visitantes. Na praia da Boca da Barra é possível ver o encontro entre as águas do rio Mamucabas com o mar.

A história da cidade pode ser vista no Forte de Santo Inácio, um dos maiores marcos da história pernambucana. Erguido com o objetivo de guardar o porto de Tamandaré das invasões holandesas e servir de abrigo às embarcações portuguesas, foi utilizado em duas grandes batalhas: em 1654, quando 1.500 homens reuniram-se na baía de Tamandaré e dirigiram-se para Rio Formoso, onde derrotaram os invasores. Um mês depois eles retornaram, em número bem maior, e conseguiram vencer os luso-brasileiros, que, para não aceitar a derrota da batalha naval, preferiram a morte, queimando os barcos e se jogando ao mar.

Tamandaré tem uma das poucas áreas remanescentes da Mata Atlântica do Brasil, a Reserva Biológica de Salinho, com seus 538 hectares de mata. O lugar é habitat natural de várias espécies de animais como: tatu, lebre, cutia, papa-mel, o guaxinim, entre outros. Uma queda d’água de dez metros de altura também atrai muitos visitantes. A cachoeira da Bulha D’água está encravada numa área de preservação da Mata Atlântica, nos limites da Reserva Biológica de Salinho. Ela já foi uma grande fonte de água mineral, e hoje ainda preserva águas límpidas, com três quedas fortes que atraem o ecoturista.

Diante do exposto solicito aos meus ilustres pares a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de setembro de 2005
João Fernando Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3299/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco, do artigo publicado no Diário de Pernambuco, edição de 24 de setembro de 2005, sob o título “O Gigante da Serra da Taquara”, uma homenagem póstuma, justíssima, ao saudoso Ex-Secretário do Interior e Justiça de Pernambuco, “Dr. José Paes de Andrade, exemplo para todas as Gerações”, de autoria do brilhante, culto e íntegro Magistrado, Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Luiz Carlos Figueiredo.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Ilma. Sra. Marita de Andrade, com endereço a rua Artur Muniz, 121 - Boa Viagem – Recife-PE e ao Desembargador Luiz Carlos Figueiredo, com endereço no Tribunal de Justiça de Pernambuco – Praça da República, s/n, Bairro de Santo Antônio - Recife-PE, CEP: 50010-040.

Justificativa

O Desembargador Luiz Carlos Figueiredo, detentor de uma bagagem cultural sem limites, no seu artigo recentemente publicado no Diário de Pernambuco, expressou com a mais pura singeleza de seu ser, a figura ímpar do grande mestre e amigo Dr. José Paes de Andrade.

O Desembargador Luiz Carlos Figueiredo enaltece com muita propriedade o lado humanitário do Dr. José Paes e de sua esposa D. Marita Andrade, um exemplo edificante de companheira e mãe carinhosa.

Na época em que o Dr. José Paes de Andrade foi titular da então Secretaria do Interior e Justiça do Estado, “ nem antes e nem depois, na história da administração pública de Pernambuco, tantas obras relevantes foram produzidas em tão curto espaço de tempo pões uma só área de atuação. Fechamento da Casa de Detenção, verdadeira chaga social no centro do Recife, transformada em Casa da Cultura, casas para juizes e promotores no interior, viabilizando que fixassem residência em suas comarcas, diversos fóruns, construção da penitenciária Barreto Campelo, reforma e ampliação da penitenciária agrícola de Itamaracá, com reforma do engenho São João, aprimoramento na assistência técnica aos municípios etc.”

O articulista concluindo suas anotações, relacionando-se ao falecimento do Dr. José Paes, assim se expressou: “ a sua fala mansa, seu jeito cativante de fazer e preservar amigos e sua estupenda capacidade gerencial leva-nos à convicção de que o pai supremo nos privou de sua presença porque dele precisava para administrar uma obra importante lá no céu. Ou seja, para mim, Zé Paes, por todo o legado que deixou, encontra-se em paz, mas jamais descansando do outro lado da vida”. Por essa razão, solicito a transcrição do artigo o Gigante da serra da Taquara nos Anais desta Casa.

Ante o exposto solicito dos meus ilustres pares aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de setembro de 2005
Antônio Moraes
Deputado

Requerimento N° 3300/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Aplauso à Clínica de Olhos Altino Ventura, na pessoa do seu Diretor, Dr. Marcelo Cavalcini Ventura, Rua da Soledade, 170 - Boa Vista - 50070-040 - Recife/PE, pela inauguração do Centro de Reabilitação Menina dos Olhos, para Deficiência Visual e Deficiências Múltiplas, em solenidade realizada no dia 19 último.

Da decisão desta Casa, dê-se ciência ao Dr. Inácio Cavalcanti de Albuquerque, Presidente da Fundação Altino Ventura - Rua da Soledade, 170 - Boa Vista - 50070-040 - Recife/PE.

Justificativa

Assisti, no dia 19 deste, na Clínica Altino Ventura, um evento da mais alta relevância: a inauguração do Centro de Reabilitação Menina dos Olhos para Deficiência Visual e Deficiências Múltiplas. A nova unidade representa mais uma grande realização médica da Clínica Altino Ventura, acrescida de relevante apoio social e humanitário às populações carentes de nossa cidade e de nosso Estado.

O Centro é uma unidade de atendimento especializado que possibilita ações de pequena, média e alta complexidade, proporcionando considerável melhoria na qualidade de vida do paciente, pois contribui decisivamente para o desenvolvimento da sua independência, autonomia, insersão escolar, familiar e social. A unidade vai atuar também nas capacitações de agentes de saúde, enfermeiras e outros profissionais que atuem na atenção básica de saúde.

O Centro Menina dos Olhos da FAV vai oferecer também atendimento médico e terapêutico aos portadores de deficiência visual, facilitando assim o acesso e a continuidade do tratamento.

Para isso, dispõe de uma equipe transdisciplinar formada por profissionais especializados nas áreas de oftalmologia, neurologia, cardiologia, psiquiatria, otorrinolaringologia, psicologia, terapia ocupacional, assistência social e pedagogia. O Centro possibilitará também atividades de artes plásticas e musicoterapia, o que aumenta consideravelmente a eficiência e rapidez do tratamento.

De acordo com a Dra. Liane Ventura a nova unidade desenvolverá um trabalho em parceria com as famílias dos pacientes atendidos, através de orientações sistemáticas e visitas domiciliares, objetivando educar e atender o multideficiente para que possa atingir sua autonomia, usufruir os seus direitos de cidadão e adquirir uma melhor qualidade de vida.

A Fundação Altino Ventura sempre manteve um crescente ritmo de progresso e de alta qualidade dos seus serviços, equiparando-se em tecnologia e eficiência aos países de primeiro mundo. Mas tudo isso tem a amplitude do sentimento humanitário que leva em consideração as limitações dos mais carentes e suas possibilidades de alcançar a vida plena que tanto merecem.

Quero, portanto, parabenizar o Dr. Marcelo Ventura, Diretor da Clínica de Olhos Altino Ventura e toda a sua valorosa equipe de médicos e funcionários que com muita dedicação e competência realizam um trabalho de tamanho alcance.

Sala das Reuniões, em 26 de setembro de 2005

Geraldo Coelho
Deputado

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA / AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO, REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005.

Às dez horas do dia seis do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Bruno Rodrigues, reuniram-se, em conjunto, as Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e Finanças, Orçamento e Tributação, estando presentes os Deputados ALF, Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, José Queiroz, Pedro Eurico, Adelmo Duarte, Augusto César, Bruno Araújo, Roberto Liberato, Silvio Costa, Sebastião Rufino, Antônio Moraes, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz e as Deputadas Jacilda Urquisa, Aurora Cristina e Teresa Leitão, para discutir a seguinte proposição: Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2005, de autoria do Procurador Geral de Justiça (Ementa: Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco). Observado o *quorum* regimental, o Presidente declarou aberta a reunião que contou com a presença da Srª Lais Coelho Teixeira Cavalcanti (Presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco) e do Sr Francisco Salles (Procurador Geral de Justiça do Estado de Pernambuco). Após o término dos debates, o Presidente designou que o Projeto da referida audiência pública seria discutido na Reunião Ordinária do dia 13 de setembro de 2005. Não havendo mais nada a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião. Do que, para constar, Eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO BRUNO RODRIGUES
Presidente da CCLJ

Titulares da CCLJ:

Deputado ALF
Deputado Augusto Coutinho
Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Jacilda Urquisa
Deputado Pedro Eurico

Suplentes da CCLJ:

Deputado Adelmo Duarte
Deputada Aurora Cristina
Deputado Augusto César

DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO
Presidente da CFOT

Titulares da CFOT:

Deputado Adelmo Duarte
Deputado Antônio Moraes
Deputado Geraldo Coelho
Deputado Henrique Queiroz

Suplentes da CFOT:

Deputado Augusto César

ATA DA QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA REALIZADA ÀS DEZ HORAS DO DIA QUINZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CINCO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO, ÀS DEZ (10) HORAS, NO PLENARINHO III LOCALIZADO NO SEGUNDO ANDAR DO EDIFÍCIO NILO COELHO E DE ACORDO COM O ARTIGO 131, DO REGIMENTO INTERNO, FOI REALIZADA A QUINTA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CUJO TEMA EM DISCUSSÃO É A AÇÃO JUDICIAL DE ISONOMIA SALARIAL CONCEDIDA AOS 1.894 PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, A REQUERIMENTO DA DEPUTADA TERESA LEITÃO, SOB A PRESIDÊNCIA DA MESMA, COM AS PRESENCAS DOS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, GERALDO COELHO, JACILDA URQUISA, LOURIVAL SIMÕES, ROBERTO LEANDRO E SILVIO COSTA; TAMBÉM PRESENTE O 3º SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA, DEPUTADO SÉRGIO LEITE. CONSTATANDO O QUORUM REGIMENTAL, A SENHORA PRESIDENTE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. LIDA, É APROVADA A ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, DANDO PROSSEGUIMENTO AOS TRABALHOS A PRESIDÊNCIA CONVIDA PARA COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS PROFESSORES FERNANDO MELO, PRESIDENTE DO SINTEPE, TERESA CRISTINA RAMOS BARROS, VÂNIA LUCIA FALCÃO DA ROCHA E VICENTINA VIEIRA DA SILVA. A PRESIDÊNCIA INICIALMENTE JUSTIFICA A AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DESTA COMISSÃO, DEPUTADO ROBERTO

LIBERATO E FAZ UM BREVE RELATOR DA SITUAÇÃO DO PROCESSO, INFORMANDO QUE, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, O GOVERNO DE PERNAMBUCO INGRESSOU COM UMA AÇÃO RESCISÓRIA. QUE ESTA CASA FORMOU UMA COMISSÃO DE DEPUTADOS ENCAMINHOU UMA PROPOSTA DE QUE OS ENVOLVIDOS E OS DEPUTADOS IRIAM AOS SETORES COM RELAÇÃO A EXECUÇÃO DA SENTENÇA, FORAM ATENDIDOS PELO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E O PROCURADOR GERAL DO ESTADO; QUE ALEGARAM A INVIABILIDADE FINANCEIRA DO ESTADO, FORAM ATENDIDOS PELO PRESIDENTE DO TJPE, DOUTOR MACEDO MALTA. INFORMA AINDA QUE FORAM CONVIDADOS PARA ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, O ADVOGADO DO GRUPO, DOUTOR JOSÉ VIEIRA E O PRESIDENTE DO SINTEPE. RESSALTA QUE APENAS O SINTEPE ESTÁ PRESENTE E QUE EXISTE UM OUTRO GRUPO QUE INGRESSOU COM UMA AÇÃO SEMELHANTE E PERDEU. COM RELAÇÃO AO GRUPO QUE PERDEU O GOVERNO ESTÁ EXECUTANDO A SUCUMBÊNCIA COM UMA AGILIDADE SEM PAR, ATRAVÉS DA PENHORA DE BENS, VEZ QUE O SALÁRIO É INSUFICIENTE. INFORMA QUE O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO ENVIOU UM OFÍCIO A PRESIDÊNCIA DESTA COMISSÃO, COMUNICANDO QUE MINISTRO NELSON JOBIM, PRESIDENTE DO STF, DEFERIU, PEDIDO DE LIMINAR DO GOVERNO DO ESTADO, *“DETERMINANDO A SUSPENSÃO DE TODOS OS PROCESSOS EM CURSO, INCLUSIVE EVENTUAIS EXECUÇÕES E DOS EFEITOS DE DECISÕES JUDICIAIS QUE TRATEM DA ELEVAÇÃO DOS VENCIMENTOS DE PROFESSORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO COM BASE NO PRINCIPIO DA ISONOMIA NO CONTEXTO DO DEBATE JURÍDICO”*, FAZENDO NESTA OCASIÃO A SENHORA PRESIDENTE DA LEITURA DO REFERIDO OFÍCIO NA ÍNTEGRA, ONDE O SECRETÁRIO AFIRMA QUE NÃO COMPARECERÁ A ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA, SUGERINDO QUE A MESMA CARECE DE OBJETO. A SENHORA PRESIDENTE ESCLARECE QUE NÃO É A PRIMEIRA VEZ QUE O GOVERNO DO ESTADO TRATA ESTA CASA COM TAMANHA DESATENÇÃO, INFORMANDO QUE O DESEMBARGADOR MACEDO MALTA LIGOU AVISANDO QUE NÃO VIRIA EM DECORRÊNCIA DE UM PROBLEMA DE AGENDA. DANDO CONTINUIDADE AOS TRABALHOS A PRESIDÊNCIA CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SILVIO COSTA QUE, INICIALMENTE, JUSTIFICA A AUSÊNCIA DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA, ADVOGADO DO GRUPO, QUE TINHA UMA AUDIÊNCIA AGENDADA PARA ESTE HORÁRIO. DEFENDE COM AFINCO O TRABALHO DO ADVOGADO E AFIRMA QUE NADA ADIANTA FICAR FALANDO O OBVIO, QUE É CLARO QUE HOVE UMA ARTICULAÇÃO ENTRE O GOVERNADOR JARBAS VASCONCELOS E O PRESIDENTE DO SUPREMO, MINISTRO NELSON JOBIM. DECLARA-SE CONSTRANGIDO COM A SITUAÇÃO, MAS RECONHECE QUE ESTA CASA NÃO PODERÁ RESOLVER NADA E PROPÕE QUE SEJA CRIADA UMA COMISSÃO DE DEPUTADOS PARA IR A BRASÍLIA, JUNTAMENTE COM OS DEPUTADOS FEDERAIS, FAZER PRESSÃO NOS MINISTROS DO SUPREMO, VEZ QUE A DECISÃO APRESENTA-SE MAIS POLÍTICA QUE JURÍDICA. A SENHORA PRESIDENTE USA DA PALAVRA PARA AFIRMAR QUE ESSA PROPOSTA DO DEPUTADO JÁ HAVIA SIDO PENSADA PELOS PROFESSORES, CONCORDANDO QUE A PRESSÃO DEVE SER POLÍTICA, ATÉ PORQUE JURIDICAMENTE A AÇÃO RESCISÓRIA NÃO RESISTE. O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR FAZ USO DA PALAVRA PARA CONCORDAR COM O DEPUTADO SILVIO COSTA NO QUE TANGE A PRESSÃO POLÍTICA SOBRE O MINISTRO NELSON JOBIM. RESSALTA QUE HÁ UMA MÁ VONTADE DO GOVERNO JARBAS VASCONCELOS COM RELAÇÃO AO FUNCIONALISMO, PRINCIPALMENTE COM RELAÇÃO AOS PROFESSORES. CONCLUINDO ALERTA PARA O FATO QUE SE MUDAM OS GOVERNANTES, MAS O FUNCIONALISMO PERMANECE O MESMO E QUE O MAIOR PATRIMÔNIO DE UM ESTADO É SEU FUNCIONALISMO. A SENHORA PRESIDENTE, DEPUTADA TERESA LEITÃO, USA DA PALAVRA PARA INFORMAR QUE PELO PASSAR DOS ANOS ALGUNS QUE COMPUNHAM A AÇÃO JÁ FALECERAM E EM SEGUIDA CONCEDER A PALAVRA AO DEPUTADO ROBERTO LEANDRO QUE, INICIALMENTE, REGISTRA QUE MAIS UMA VEZ O GOVERNO DESRESPEITA O POVO DE PERNAMBUCO E OS SEUS REPRESENTANTES NESTA CASA, NÃO ATENDENDO AO CONVITE DESTA COMISSÃO, FATO QUE JÁ OCORREU COM O SECRETÁRIO JOÃO BRAGA. RESSALTA AINDA A IMPORTÂNCIA DE MANTER A MOBILIZAÇÃO E DA PRESSÃO POLÍTICA SOBRE OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONTINUANDO O DEPUTADO GERALDO COELHO USA A PALAVRA PARA AFIRMAR QUE SÓ ACREDITA EM DESENVOLVIMENTO COM EDUCAÇÃO. CONTINUANDO INDAGA QUAL SERIA O IMPACTO FINANCEIRO DA IMPLANTAÇÃO DA SENTENÇA NO ORÇAMENTO ESTADUAL. DE PRONTO É RESPONDIDO POR UMA DAS PROFESSORAS PRESENTES E PELA DEPUTADA TERESA LEITÃO, QUE O IMPACTO SERIA DE APROXIMADAMENTE QUATRO MILHÕES DE REAIS APENAS NA IMPLANTAÇÃO EM FOLHA E O ATRASADO ENTRA NOS PRECATÓRIOS, GIRA EM TORNO DE SEIS MILHÕES. O DEPUTADO INFORMA QUE NÃO SE POSICIONA ANTES DE VERIFICAR A QUESTÃO DOS VALORES PORQUE UM HOMEM DA ÁREA DE FINANÇAS, MAS ACHA QUE TUDO É POSSÍVEL DE SER NEGOCIADO. ENTENDE QUE AS COLOCAÇÕES FEITAS POR TODOS OS DEPUTADOS SÃO PERFEITAMENTE CORRETAS E QUE NÃO É O FATO DE SER BANCADA GOVERNISTA QUE ELE VAI DIZER SEMPRE AMÉM PARA TUDO. A SENHORA PRESIDENTE, DEPUTADA TERESA LEITÃO, USA DA PALAVRA PARA AFIRMAR QUE EM ALGUNS MOMENTOS O DEPUTADO GERALDO COELHO TEM SE POSICIONADO CONTRÁRIO A POSIÇÃO GOVERNISTA. PROSSEGUINDO, CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SÉRGIO LEITE QUE AFIRMA QUE ESTA É UMA QUESTÃO QUE VEM PASSANDO DE GOVERNO PARA GOVERNO EM PERNAMBUCO, ONDE LEIS SÃO FEITAS SEM RESPEITAR OS DIREITOS DOS SERVIDORES, ACREDITANDO QUE AS DECISÕES JUDICIAIS TERÃO QUE SER CUMPRIDAS POR OUTROS GOVERNANTES. RELATA UM CASO SIMILAR OCORRIDO COM MEMBROS DA POLÍCIA CIVIL. CRITICA A POSIÇÃO DO MINISTRO NELSON JOBIM, BEM COMO DE OUTROS MINISTROS DO STF E APONTA A PRESSÃO POLÍTICA COMO UMA SAÍDA VÁLIDA. A SENHORA PRESIDENTE, DEPUTADA TERESA LEITÃO, USA DA PALAVRA PARA REGISTRAR A PRESENÇA DE QUATRO PROFESSORAS QUE RESIDEM NO MUNICÍPIO DE CARUARU, MAS MESMO ASSIM VIERAM A ESTA REUNIÃO E CONCEDER A PALAVRA A REPRESENTANTE DO GRUPO, PROFESSORA VICENTINA VIEIRA DA SILVA FAZ UM BREVE RELATO DA SITUAÇÃO PROCESSUAL, QUE EM 2002 O ESTADO FOI EXECUTADO PROVISORIAMENTE E NÃO CUMPRIU, SUBIU UM AGRAVO DE INSTRUMENTO AO SUPREMO, CUJO RELATOR FOI O PRÓPRIO MINISTRO NELSON JOBIM, QUE DEU GANHO CAUSA AO GRUPO.

ESTRANHAMENTE, AGORA ELE MUDOU DE OPINIÃO. RELATA QUE APÓS O AGRAVO, HOVE UM RECURSO ESPECIAL, QUE O GRUPO TAMBÉM GANHOU. INFORMA AINDA QUE TODOS OS RECURSOS POSTERIORES FORAM GANHOS PELO GRUPO. EXPLICA O ESTRESSE EM QUE VIVEM OS PROFESSORES POR CONTA DESSE PROCESSO. A SENHORA PRESIDENTE, DEPUTADA TERESA LEITÃO, USA DA PALAVRA PARA REAFIRMAR QUE ESTÁ EVIDENCIADA A POSIÇÃO POLÍTICA DO MINISTRO NELSON JOBIM E EXPLICAR COMO OS SALÁRIOS DOS PROFESSORES SÃO CALCULADOS E QUE PERNAMBUCO PAGA O PIOR SALÁRIO DO BRASIL NA EDUCAÇÃO E QUE O ESTADO DO MARANHÃO PAGA O MELHOR SALÁRIO. EM SEGUIDA FAZ USO DA PALAVRA, A PROFESSORA TERESA CRISTINA RAMOS DE BARROS RELATA QUE ELA PRÓPRIA ENVIOU VÁRIOS E-MAILS PARA OS MINISTROS DO STF E DEMAIS AUTORIDADES ENVOLVIDAS. AFIRMA QUE UM DOS MEMBROS DO GRUPO ENFARTOU QUANDO FICOU SABENDO QUE NÃO IA RECEBER AGORA, ENCONTRA-SE NO UNICORDIS INTERNADA. CITA OUTROS EXEMPLOS SOMBRIOS E QUE AVISOU AO MINISTRO JOBIM, POR E-MAIL, QUE O QUE ACONTECER COM QUALQUER PROFESSOR A RESPONSABILIDADE SERÁ DELE E DO GOVERNADOR DO ESTADO, JARBAS VASCONCELOS. NARRA AINDA EXEMPLOS DE IRREGULARIDADES EXISTENTES NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. A PRESIDÊNCIA RELATA A SITUAÇÃO DO OUTRO GRUPO QUE PERDEU UMA AÇÃO SIMILAR E QUE O GOVERNO TEM TIDO UMA SURPREENDENTE AGILIDADE PARA EXECUTAR A SUCUMBÊNCIA, JÁ HAVENDO PROFESSORES COM BENS PENHORADOS. EM SEGUIDA USA DA PALAVRA A PROFESSORA VÂNIA LUCIA FALCÃO DA ROCHA, COMPONENTE DO GRUPO QUE PERDEU AÇÃO SEMELHANTE, PARA RELATAR QUE SEU GRUPO É COMPOSTO DE 52 PROFESSORES, NA SUA GRANDE MAIORIA DA ESCOLA ALMIRANTE SOARES DUTRA, QUE INFELIZMENTE A AÇÃO DELES NÃO FOI BEM SUCEDIDA E QUE AGORA O ESTADO ESTÁ EXECUTANDO AS CUSTAS SUCUMBENCIAIS. INFORMA QUE NA SITUAÇÃO DE SEU GRUPO EXISTEM OUTROS GRUPOS, ONDE PROFESSORES JÁ TIVERAM SEUS BENS PENHORADOS. QUE SEU GRUPO CONSEGUIU POR UM PERÍODO DE TEMPO SUSTAR A EXECUÇÃO E QUE A PARTIR DE 2004 A EXECUÇÃO TORNOU-SE MAIS AGRESSIVA. RESSALTA O FATO QUE OS PROFESSORES NÃO DISPÕEM DE RECURSOS PARA PAGAR A SUCUMBÊNCIA, FEZ QUE O TOTAL RATEADO DEU UMA IMPORTÂNCIA DE SEISCENTOS REAIS PARA CADA PROFESSOR, QUE RECEBE EM MÉDIA QUATROCENTOS REAIS MENSAIS. AFIRMA QUE O GRUPO TENTOU NEGOCIAR COM DR. FLAVIO GÔES, SEM SUCESSO E QUE A DEPUTADA TERESA LEITÃO TORNOU-SE MADRINHA DA QUESTÃO. FINALIZANDO RESSALTA O FATO DOS DOIS LADOS DO GOVERNO, SE DE UM LADO NÃO TEM PRESSA EM PAGAR AO GRUPO VENCEDOR, TEM TODA PRESSA EM RECEBER DOS QUE PERDERAM. A SENHORA PRESIDENTE, DEPUTADA TERESA LEITÃO, USA DA PALAVRA PARA RESSALTAR O FATO QUE FOI UMA VINDA OCASIONAL A DO GRUPO QUE PERDEU A AÇÃO, MAS QUE FOI IMPORTANTE PARA SE VER COMO O ESTADO USA DE DOIS PESOS E DE DUAS MEDIDAS. NA HORA DE PAGAR USA TODO TIPO DE ARTIFÍCIO E NA HORA DE EXECUTAR O GOVERNO SABE EXECUTAR. O PROFESSOR FERNANDO MELO, PRESIDENTE DO SINTEPE, FAZ USO DA PALAVRA PARA AFIRMAR QUE ACHA IMPORTANTE RESSALTAR QUE TUDO QUE FOI COLOCADO AQUI VEM COMO UM SOMATÓRIO PARA SEJA ENCONTRADA UMA ALTERNATIVA PARA A SITUAÇÃO, POIS ESTA SITUAÇÃO NÃO INCOMODA APENAS OS 1.894 PROFESSORES QUE ESTÃO ENVOLVIDOS NO PROCESSO, MAS QUE INCOMODA TODA CATEGORIA TEM ACOMPANHADO COTIDIANAMENTE JUNTO AO SINTEPE. AFIRMA AOS MEMBROS DO GRUPO QUE ESSA NÃO É UMA LUTA APENAS DELES, QUE O SINDICATO PARALELAMENTE TAMBÉM BUSCOU AS ALTERNATIVAS. ABORDA A QUESTÃO DO ABONO DE QUARENTA E CINCO POR CENTO, A QUESTÃO DA MUDANÇA DE CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO E A QUESTÃO DO CONCURSO PÚBLICO. RESSALTA A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO DA ISONOMIA SALARIAL, TANTO QUE ESSE É O PONTO NÚMERO UM DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, INFORMA AINDA QUE A ASSESSORIA JURÍDICA DO SINDI-CATO CHEGOU A MESMA CONCLUSÃO QUE OS DEPUTADOS, QUE É UMA DECISÃO POLÍTICA E QUE DEVE SER TRATADA NA ESFERA POLÍTICA E COLOCA A CNPE A DISPOSIÇÃO COMO APOIO PARA ESSA QUESTÃO EM BRASÍLIA. CONCLUINDO ABORDA A QUESTÃO DO OUTRO GRUPO, INFORMA QUE RECEBEU NO ANO PASSADO, PRINCIPALMENTE, MUITAS PESSOAS EM UMA SITUAÇÃO DE DÁ DÓ, CHORANDO, DESESPERADO POR CONTÁ DAS EXECUÇÕES. INFORMA QUE HOVE UMA NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO, QUE INCLUSIVE A DEPUTADA TERESA LEITÃO O ACOMPANHOU, ONDE FOI APRESENTADA UMA PROPOSTA DE ANISTIA, QUE PRECISAVA DA ASSINATURA DE NOVENTA POR CENTO DAS PESSOAS QUE ESTAVAM COM AÇÕES. SÓ QUE QUANDO O GRUPO DOS 1.894 GANHOU, O PROCESSO DE ANISTIA PAROU. ALEGA QUE AS EXECUÇÕES FICARAM SUSPENSAS POR UM TEMPO, MAS QUE AGORA O GOVERNO VOLTOU A EXECUTAR. QUE O SINDICATO ESTEVE COM FLAVIO GÔES, COM MAURICIO ROMÃO E A POSIÇÃO QUE ELES COLOCARAM PARA O SINDICATO FOI O MESMO QUE ELES COLOCARAM PARA OS DEPUTADOS, QUE O GOVERNO NÃO VAI PAGAR, PORQUE O IMPACTO NO ORÇAMENTO SERIA MAIOR QUE O QUE O ESTADO PODE SUPORTAR. ACHA IMPORTANTE QUE SE JUNTE FORÇAS PARA REVERTER ESSA POSIÇÃO VERGONHOSA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ABORDA, CONCLUINDO, A QUESTÃO DA GREVE. A PRESIDÊNCIA INFORMA QUE HÁ PRESSA EM SE RESOLVER A SITUAÇÃO DO GRUPO DOS 1.894, POIS QUANTO ANTES ESSA SITUAÇÃO FOR RESOLVIDA, MAIS FÁCIL FICA RESOLVER A QUESTÃO DOS OUTROS. AGRADECE A PRESENÇA DE TODOS E SOLICITA QUE SEJA REGISTRADO EM ATA O PROTESTO VEEMENTE DESTA COMISSÃO PELA AUSÊNCIA DOS REPRESENTANTES DO GOVERNO DO ESTADO, ALÉM DA AUSÊNCIA O MOTIVO ALEGADO PARA NÃO VIR E QUE ESSA PROPOSTA SERÁ ENCAMINHADA E A COMISSÃO INFORMARÁ AO GRUPO, COM O ADENDO DA PARTICIPAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL, CUJA SEDE É EM BRASÍLIA, ENTENDE QUE TAMBÉM A PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA DEVE SER ACIONADA, POIS A QUESTÃO É DE CUNHO POLÍTICO. COLOCA ESTA COMISSÃO E ESTA CASA A DISPOSIÇÃO PARA ORGANIZAR A AGENDA QUE FOI PEDIDA EM BRASÍLIA COM OS DEPUTADOS FEDERAIS DE PERNAMBUCO. RESSALTA AINDA QUE A DENÚNCIA DEVE SER FEITA, A DENÚNCIA DA CONDUTA DO GOVERNO QUE SÓ TEM DINHEIRO PARA PUBLICIDADE, ENQUANTO A INFRA-ESTRUTURA SOCIAL ESTÁ AÍ, GENTE MORRENDO SEM UTI, CONCURSOS COM MENOS VAGAS OFERECIDAS QUE SE NECESSITA, SALÁRIOS INDIGNOS, ETC. RESSALTA AINDA O FATO DE QUE O GOVERNO DO ESTADO FOI AUTUADO PELO

MINISTÉRIO PÚBLICO, FRUTO DE UMA REPRESENTAÇÃO DE AUTORIA DA DEPUTADA, VEZ QUE OS CONTRATOS TEMPORÁRIOS ESTAVAM CADUCANDO E O GOVERNO IA EXONERAR TODOS E CONTRATAR NOVOS. FOI FEITO UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CIDADANIA, ONDE O MP FOI CONVIDADO, OS CONTRATOS FORAM PRORROGADOS POR MAIS UM ANO, MAS NADA FOI FALADO PELO GOVERNO COM RELAÇÃO A CONCURSOS. ELA ENTROU COM UMA REPRESENTAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO, AS IRREGULARIDADES FORAM COMPROVADAS, APÓS NEGOCIAÇÕES INFRUTÍFERAS COM O GOVERNO O MP ENTROU COM UMA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA OBRIGAR O GOVERNO A FAZER CONCURSOS. INFORMA QUE O CONCURSO PREVISTO PELO GOVERNO APENAS CONTEMPLA METADE DAS VAGAS E QUE ESTA CASA IRÁ BRIGAR QUE SE ESTENDA A TODAS AS VAGAS EXISTENTES NO ESTADO. NÃO HAVENDO MAIS NADA A SER TRATADO, A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO ENCERRA A PRESENTE REUNIÃO E EU, JULIA IZABEL NUNES FRAGA, LAVREI A PRESENTE ATA QUE VAI NOMINADA PELOS MEMBROS ABAIXO:

SALA DA COMISSÃO, 15 DE SETEMBRO DE 2005.

DEPUTADO ROBERTO LIBERATO
PRESIDENTE

DEPUTADA JACILDA URQUISA
DEPUTADO ROBERTO LEANDRO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE AGOSTO DO ANO DOIS MIL E CINCO.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e cinco, às dez horas, no auditório, sexto andar do Anexo I do Palácio Joaquim Nabuco, reuniram-se os deputados Nelson Pereira., Adelmo Duarte e Aurora Cristina, sob a presidência do primeiro. Dando início aos trabalhos o sr. presidente fez a leitura do Edital de Convocação e convidou a dra. Elba Lúcia Cavalcanti, o dr. Celerino Cariconde,a sra. Josefa Maria do Carmo Ferreira da Silva, o dr. Gil Mendonça Brasileiro, a dra. Éilda Arruda, o dr. Felipe Bezerra Coelho, o dr. Jaime Brito, o dr. Fernando Machado, o dr. Edson Velloso e a sra. Giselde Alves da Silva, para fazerem parte da mesa. Após a constituição da mesa o deputado Nelson Pereira fez um breve discurso no qual agradeceu a presença das dezenas de pessoas que ali se encontravam e afirmou: O Brasil possui a maior variedade de plantas medicinais, contudo o uso de plantas medicinais no tratamento de doenças é insignificante; A Lei nº 12.259/2002, é de extrema importância para incentivar o uso de produtos fitoterápicos, bem como alavancar as pesquisas, evitando assim a biopirataria de que somos vítimas e produzir medicamentos de baixo custo, fatos que beneficiarão as populações mais carentes, cujo poder aquisitivo não lhes permite o acesso aos remédios tradicionais; Concluiu, afirmando que é inconcebível que a Lei nº 12.259/2002, aprovada a três anos não tenha sido regulamentada. Na sequência a deputada Aurora Cristina parabenizou o autor da proposta para realização desta Audiência e afirmou que em Garanhuns a prefeitura, com o apoio do Governo Estadual, implantou um laboratório fitoterápico que atende a vinte e dois Programas de Saúde da Família - P.S.F naquela região. Dando continuidade a vice-prefeita do Brejo da Madre de Deus assegurou que naquele município existe um laboratório fitoterápico que produz vinte e cinco variedades de remédios, tendo produzido oito mil e cem produtos e distribuídos sete mil e quinhentos no ano de 2004, reduzindo bastante a conta de remédios naquele município. A seguir o professor Celerino Cariconde apresentou um vídeo que mostra a experiência vivenciada no município do Brejo e conclamou a todos ali presentes a lutarem para disseminar a experiência que ora se viu através do vídeo. Na sua fala a dra. Ruth Amorim Lins disse que a UFPE desenvolve pesquisas com plantas medicinais e que acha de suma importância a regulamentação da Lei. O dr. Fernando Machado, disse que a FACEPE está imbuída no processo de pesquisas, pois ela é o órgão legalmente credenciado para tal. Concluiu afirmando que é muito importante a regulamentação da Lei incluindo no processo a FACEPE. Na sua fala a sra. Giselda Alves da Silva disse que a regulamentação da Lei é muito importante para as pessoas das comunidades que vivem lutando para introduzir os remédios fitoterápicos. Dando sequência o dr. Felipe José Bezerra, falou em nome da FAEP e afirmou: O setor em Pernambuco encolheu por causa da ANVISA, pois as exigências daquela agência são iguais para os micro, médios e grandes laboratórios, fato que gera privilégios para as multinacionais que atuam no ramo e inviabiliza os pequenos; É preciso um marco regulatório; A federação e o sindicato da indústria de perfumaria de Pernambuco estão a disposição para ajudar nesta luta. Por sua vez o dr. Fernando Paes achou muito importante essa Audiência, pois ela mobilizou a sociedade de um modo geral. O sr. Jaime Brito confirmou em parte as afirmações do dr. Felipe Coelho e afirmou que a situação da vigilância sanitária é muito difícil, pois tem que fazer cumprir a legislação que é muito rígida. Concluiu dizendo que é muito importante a regulamentação da Lei. O dr. Ermiias Velloso disse que o alto custo dos medicamentos utilizados na prefeitura do Recife já justifica o uso dos fitoterápicos. É necessário a aglutinação das entidades envolvidas com os fitorerápicos para que unidas possam vencer as barreiras existente. Por sua vez a dra. Elída Arruda acredita que deve ser buscada a alocação de recursos e a interação entre o Estado, os municípios e as entidades particulares. Falaram ainda o Padre Ezaias; o sr Marcos, do DCE da UFPE, a dra. Ana Negromonte, do Teatro do Centro Nordeste de Medicina Popular, Ana de Peixinhos e Rebeca do CNMP, Eduardo Santos, da pastoral de Camaragibe, Eliane do CNMP, Ednaldo de Itamaracá e Terezinha Santos da CNMP. Nada mais havendo a tratar o deputado Nelson Pereira agradeceu a todos e disse que seria redigido um documento para ser enviado ao Governo do Estado. E, para que tudo fiqu registrado, foi lavrada esta Ata, que posteriormente será aprovada, assinada e publicada.

Sala da Comissão de Saúde, 31 de agosto 2005

Dep. MAVIAEL CAVALCANTI
Presidente

MEMBROS TITULARES
Dep. ADELMO DUARTE
Dep. ISALTINO NASCIMENTO

MEMBROS SUPLENTEs
Dep.ROBERTO LEANDRO